



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ**  
**DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS**  
**CURSO DE SERVIÇO SOCIAL**

**CAMPUS REGIONAL DO VALE DO IVAÍ**

**ANDRESSA BATISTA DA SILVA**

**MAYARA DE TARSIS ESPADAS MONTEIRO**

**SERVIÇO SOCIAL E TRABALHO: LIMITES E  
POSSIBILIDADES DOS PROCESSOS DE TRABALHO DOS  
ASSISTENTES SOCIAIS NA REGIÃO DO VALE DO IVAÍ- PR**

---

IVAIPORÃ

2014

**ANDRESSA BATISTA DA SILVA**

**MAYARA DE TARSIS ESPADAS MONTEIRO**

**SERVIÇO SOCIAL E TRABALHO: LIMITES E  
POSSIBILIDADES DOS PROCESSOS DE TRABALHO DOS  
ASSISTENTES SOCIAIS NA REGIÃO DO VALE DO IVAÍ- PR**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Graduação em Serviço Social da Universidade Estadual de Maringá, como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Serviço Social.

Orientadora: Prof<sup>a</sup> Esp. Maria Celeste Melo da Cruz

IVAIPORÃ

2014

**ANDRESSA BATISTA DA SILVA**

**MAYARA DE TARSIS ESPADAS MONTEIRO**

**SERVIÇO SOCIAL E TRABALHO: LIMITES E  
POSSIBILIDADES DOS PROCESSOS DE TRABALHO DOS  
ASSISTENTES SOCIAIS NA REGIÃO DO VALE DO IVAÍ- PR**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Graduação em Serviço Social da Universidade Estadual de Maringá, como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Serviço Social.

Orientadora: Prof<sup>a</sup> Esp. Maria Celeste Melo da Cruz

**COMISSÃO EXAMINADORA**

---

Prof<sup>a</sup> Esp. Maria Celeste Melo da Cruz  
Universidade Estadual de Maringá

---

Prof<sup>a</sup> Esp. Cristiane Valoto Mazzo  
Universidade Estadual de Maringá

---

Prof<sup>a</sup> Ms. Claudiana T. da Silva Sgorlon  
Universidade Estadual de Maringá

Ivaiporã, \_\_\_\_\_ de novembro de 2014

## AGRADECIMENTOS

Ao final de mais uma fase que se completa em nossas vidas, primeiramente devemos agradecer a Deus por ter nos dado saúde, forças e coragem para enfrentar todas as dificuldades.

Aos nossos pais por todo amor, incentivo e apoio incondicional. Pelas caronas, almoços e lanches nas horas certas. Pela paciência, muita paciência de não se incomodar com os stress e caras feias causadas pelas turbulências de um final da graduação. Obrigado Senhor Simeí, Márcia e Rosa Penha e a nossa companheira de todos os dias Júlia Talita pelas descontrações durante as muitas horas de estudo.

A nossa professora orientadora Maria Celeste Melo da Cruz, pela orientação, apoio e confiança. Pela atenção, incentivo e pelo empenho dedicado à elaboração deste trabalho.

Agradecemos também a todos os professores por terem nos proporcionado o conhecimento não apenas racional, mas a manifestação do caráter e afetividade da educação no processo de formação profissional, por tanto que se dedicaram a nós, não somente por nos terem ensinado, mas por terem nos feito aprender. A vocês mestres, nossos eternos agradecimentos.

O nosso muito obrigado a todos os profissionais de Serviço Social que aceitaram e contribuíram para a pesquisa e conseqüentemente, para a conclusão do nosso trabalho.

Nossos agradecimentos aos amigos, colegas, companheiros de graduação que fizeram parte da nossa formação e que vão continuar presentes em nossa vida com certeza.

E por fim, a todos que direta ou indiretamente contribuíram para a realização desse trabalho, o nosso muito obrigado.

“(…) as incidências do trabalho profissional na sociedade não dependem apenas da atuação isolada do Assistente Social, mas do conjunto das relações e condições sociais por meio das quais se realiza.” Marilda Vilela lamamoto

SILVA, Andressa Batista da; MONTEIRO, Mayara de Tarsis Espadas. **Serviço Social e Trabalho: Limites e Possibilidades dos Processos de Trabalho dos Assistentes Sociais na Região do Vale do Ivaí – PR.** 2014. 79 p. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Serviço Social) - Universidade Estadual de Maringá, Ivaiporã, 2014.

## RESUMO

O presente Trabalho de Conclusão de Curso tem como tema central a discussão sobre os processos de trabalho do Assistente Social nos diferentes espaços sócio-ocupacionais, nos municípios de Ivaiporã e São Pedro do Ivaí na região do Vale do Ivaí - PR. O referencial teórico da pesquisa aborda inicialmente as transformações do Serviço Social nas décadas de 1980 e 1990 como subsídios para compreendê-lo como uma profissão que tem um significado social, inserida na divisão social e técnica do trabalho, a importância das discussões da centralidade da categoria trabalho na e para a profissão, dos processos de trabalhos, das competências e atribuições privativas do Assistente Social. A pesquisa de campo foi realizada através de questionário enviado por email aos profissionais do Serviço Social tendo por objetivo geral compreender os limites e possibilidades dos processos de trabalho dos Assistentes Sociais na Região do Vale do Ivaí – PR.

**Palavras-chave:** Serviço Social. Processo de Trabalho. Espaços sócio-ocupacionais. Exercício profissional.

Silva, Andressa Batista da; Monteiro, Mayara de Tarsis Espadas. **Social Worker: Limits and possibilities in the process of Social Workers activities in Vale do Ivai Region**. 2014. 79 p. Conclusion of course (Graduation in Social Worker) – State University of Maringa, Ivaiporã, 2014.

### **ABSTRACT**

This conclusion of course states the various stages of the social worker in different socio-occupational areas in the cities of San Pedro and Ivaiporã in the Ivai Valley Region – PR. The research initially discusses the changes of social work in the 1980s and 1990 as subsidies to recognize it as a profession that has a social meaning, embedded in a social and technical division of labor, the importance of the discussion is the condition of the work category and profession, the work process, skill and custodial duties of the social worker. The field research was conducted through a questionnaire mailed to the Social Workers professionals in order to understand the limits and possibilities regarding their work processes at Ivai Valley – PR.

**Keywords:** Social Worker. Work Processe. Socio-occupational Areas. Professional Practice.

## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Tempo de Formação .....	54
Gráfico 2 – Tempo de trabalho na instituição.....	55
Gráfico 3 – Carga horária semanal cumprida pelo profissional.....	56
Gráfico 4 – Relação de trabalho.....	58

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABESS	Associação Brasileira de Ensino em Serviço Social
APAE	Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais
CAPS	Centro de Atenção Psicossocial
CE	Código de Ética
CEDEPSS	Centro de Estudos e Projetos em Educação, Cidadania e Desenvolvimento Profissional
CFESS	Conselho Federal de Serviço Social
CRAS	Centro de Referência de Assistência Social
CREAS	Centro de Referência Especializado de Assistência Social
CRESS	Conselho Regional de Serviço Social
ENESSO	Executiva Nacional dos Estudantes de Serviço Social
FMI	Fundo Monetário Internacional
INSS	Instituto Nacional de Seguro Social
SEDS	Secretaria da Família e Desenvolvimento Social do Estado do Paraná

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	11
<b>CAPÍTULO I – SERVIÇO SOCIAL NA CONTEMPORANEIDADE</b> .....	13
1.1 DÉCADA DE 1980: BASE DE CONSTRUÇÃO PARA O SERVIÇO SOCIAL CONTEMPORÂNEO	13
1.2 DÉCADA DE 1990: CONCRETIZAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL CRÍTICO .....	19
1.2.1 Código de Ética Profissional do Assistente Social (1993) .....	24
1.2.2 Lei de Regulamentação da Profissão de Serviço Social (Lei nº 8.662/1993)...	27
1.2.3 Diretrizes Curriculares (1996).....	29
<b>CAPÍTULO II - TRABALHO E SERVIÇO SOCIAL: NOVAS CONFIGURAÇÕES NA ATUALIDADE</b> .....	34
2.1 A CENTRALIDADE DO TRABALHO NA SOCIABILIDADE HUMANA .....	34
2.2 PROCESSOS DE TRABALHO NA TEORIA SOCIAL CRÍTICA.....	38
2.2.1 O Processo de trabalho do Assistente Social (objeto, trabalho, meios/instrumentais, produto) .....	40
2.3 PENSANDO OS ESPAÇOS SÓCIO-OCUPACIONAIS DO ASSISTENTE SOCIAL .....	46
<b>CAPÍTULO III - OS PROCESSOS DE TRABALHO DOS ASSISTENTES SOCIAIS E SEUS ESPAÇOS SÓCIO-OCUPACIONAIS</b> .....	50
3.1 CAMINHO METODOLÓGICO .....	50
3.2 POSSIBILIDADES E LIMITES NOS PROCESSOS DE TRABALHO DOS ASSISTENTES SOCIAIS	53
3.2.1 Caracterização dos(as) entrevistados(as) .....	53
3.2.2 Processo de trabalho.....	58
3.2.3 Limites/possibilidades de concretização dos processos de trabalho.....	65
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	70
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	73
<b>APÊNDICE</b> .....	76

## INTRODUÇÃO

Após diversas décadas do processo de Renovação do Serviço Social brasileiro faz-se necessário avaliar e entender o processo de trabalho do Assistente Social frente às novas configurações assumidas pela profissão, que tem um significado social e conseqüentemente é perpassada por todas as transformações colocadas ao mundo do trabalho pelo modo de produção capitalista.

Assim, o Serviço Social brasileiro construiu um projeto profissional inovador ancorado na teoria social crítica que a partir de então, irá definir o modo como o Serviço Social materializar-se-á na sociedade. Esse projeto se expressa através do conjunto de regulamentações da profissão, quais sejam: O Código de Ética do Assistente Social (1993), A Lei de Regulamentação da Profissão (1993) e as Diretrizes Curriculares norteadoras da formação acadêmica (1996).

Destarte, a partir de sua renovação o Serviço Social passa a afirmar-se como uma especialização do trabalho coletivo, inscrita na divisão sócio-técnica de trabalho e a atuar na formulação, planejamento e implementação de políticas sociais de atendimento à população, deixando de exercer funções de controle social e de reprodução da ideologia dominante. Essa nova configuração do Serviço Social permite romper com o histórico passado conservador de profissão meramente interventiva e pragmatista, abrindo caminho para que o Assistente Social se coloque como intelectual que compreenda o modo como a sociedade se organiza e como isso rebate na vida da classe trabalhadora.

Nessa perspectiva entender o Serviço Social na contemporaneidade requer apreender as implicações políticas do exercício profissional que se desenvolve no contexto de relações entre classes e seus projetos societários. Desta maneira, se faz necessário entender o exercício profissional do Serviço Social inserido em meio a tensões e interesses distintos, considerando os determinantes sócios históricos em diferentes conjunturas e a forma que o profissional constrói sua intervenção a fim de atribuir-lhe uma direção social.

Para tanto, no exercício da profissão o conhecimento é tido como o principal meio de trabalho dos Assistentes Sociais, pois é ele que permite decifrar a realidade e clarear a condução do trabalho a ser realizado. Deste modo, os conhecimentos e

habilidades adquiridos pelo Assistente Social ao longo do seu processo de formação acadêmico-profissional se constituem como parte de seus meios de trabalho.

Outro aspecto fundamental no estudo do Serviço Social na atualidade é o entendimento das transformações sofridas pelos espaços sócio-ocupacionais em que os Assistentes Sociais se inserem. Nesse cenário de busca incessante de lucros e de exploração dos trabalhadores, visualizar o Assistente Social como um trabalhador assalariado é primordial para compreender que os limites e desafios postos aos profissionais no exercício de suas funções não estão relacionados exclusivamente a sua atuação, mas são também fruto de condições e relações externas que fogem ao seu controle.

Assim, entendendo o Assistente Social enquanto trabalhador assalariado e portador de um projeto profissional vinculado à classe trabalhadora e considerando a Questão Social e suas múltiplas expressões como objeto de trabalho do Serviço Social, que provoca a necessidade da inserção profissional em diversas áreas, tais como: Políticas de Assistência Social, Saúde, Educação, Previdência Social, no âmbito sociojurídico, nas organizações não governamentais e no âmbito privado (empresas e outros), busca-se com este trabalho analisar como se configura o trabalho dos Assistentes Sociais inseridos nestes espaços sócio-ocupacionais.

Dessa forma, o Capítulo I tratar-se-á de um resgate histórico acerca das mudanças societárias das décadas de 1980 e 1990 no Brasil. Abordará também o amadurecimento da profissão e suas transformações a partir do Movimento de Reconceituação do Serviço Social, bem como as conquistas referentes à Lei que Regulamenta a profissão, o Código de Ética Profissional e as Diretrizes Curriculares. No Capítulo II abordaremos a centralidade do trabalho para sociabilidade dos homens tendo como base os estudos de Karl Marx, tal como uma análise dos processos de trabalho do Assistente Social. Assim, o Capítulo III deste trabalho objetiva apresentar o desenvolvimento da pesquisa com o intuito de compreender os processos de trabalho dos profissionais de Serviço Social nos diferentes espaços sócio-ocupacionais da região do Vale do Ivaí-PR.

## **CAPÍTULO I – SERVIÇO SOCIAL NA CONTEMPORANEIDADE**

Para entender como o Serviço Social se configura na atualidade se faz necessário retornar algumas décadas, de modo a compreender como as transformações que ocorreram anteriormente refletem na profissão nos dias de hoje. Dessa forma, o capítulo que segue visa contextualizar o Serviço Social brasileiro nas décadas de 1980 e 1990, momento em que, atravessado pelas transformações postas pelo fortalecimento do neoliberalismo e marcado pelo histórico passado religioso/conservador, busca romper com as características tradicionais da profissão, se voltando para um posicionamento crítico e reconhecendo a Questão Social como objeto de trabalho do Assistente Social e a classe trabalhadora como alvo de suas ações profissionais.

### **1.1 DÉCADA DE 1980: BASE DE CONSTRUÇÃO PARA O SERVIÇO SOCIAL CONTEMPORÂNEO**

O Serviço Social se caracteriza como uma profissão em constante transformação. Desde a sua gênese no Brasil por volta dos anos 1930, sua trajetória tem sido marcada por muitas mudanças que estão relacionadas com as transformações que ocorrem nas relações sociais. A principal delas começa a se desenvolver nos anos 60 do mesmo século e se caracteriza pela negação de seu histórico passado conservador. (IAMAMOTO, 2012).

A autora ainda coloca que esse processo de transformação do Serviço Social perpassa pelos anos de 1970 e se adensa nos anos 1980, onde buscará romper efetivamente com o tradicionalismo profissional.

Nesse período, segundo Ortiz (2010) o cenário capitalista mundial é marcado pelo aprofundamento da crise do capital, expresso em um longo período de estagnação e depressão. No Brasil, o que se vive é um momento de crise e declínio da ditadura militar instaurada desde 1964 e que a partir da crise econômica e da resistência da classe trabalhadora, operária e dos estudantes brasileiros se rompe definitivamente em 1985 com a eleição de Tancredo Neves, abrindo as portas para a

transição democrática, que se efetiva com a promulgação da Constituição Federal de 1988, também conhecida como “Constituição Cidadã”<sup>1</sup>.

Netto (1999) afirma que é nesse contexto que a categoria profissional começa a se reconhecer como inserida no conjunto das camadas trabalhadoras, já que as novas configurações políticas e sociais colocadas com a queda da ditadura rebatem no corpo profissional. Ainda segundo o autor, é essa luta pela democracia que cria as bases necessárias para se romper com o conservadorismo profissional.

A luta pela democracia na sociedade brasileira, encontrando eco no corpo profissional, criou o quadro necessário para romper com o quase monopólio do conservadorismo no Serviço Social: no processo da derrota da ditadura se inscreveu a primeira condição – a condição política – para a constituição de um novo projeto profissional. (NETTO, 1999, p. 10)

Esse momento vivido pela profissão aliado a todas as transformações que vem desde a década de 1960 rebatendo no Serviço Social através do Movimento de Reconceituação, proporcionam o que se caracteriza como o “(...) *solo histórico, o ‘terreno vivo’ no qual se tornou possível e se impôs como socialmente necessária uma renovação do Serviço Social (...)*” (IAMAMOTO, 2012, p. 202)

Ainda segundo a autora, esse Movimento se caracteriza como um Movimento de “(...) *denúncia, de autocrítica e de questionamentos societários (...)*” (Iamamoto, 2012, p. 207) e reconhecido como tipicamente latino-americano, expressou “(...) *um marco decisivo no desencadeamento do processo de revisão crítica do Serviço Social no continente (...)*” (Iamamoto, 2012, p. 205). Marcado pela contestação do tradicionalismo profissional buscou questionar globalmente a profissão. O que coloca a demanda por um novo projeto profissional que esteja comprometido a atender as necessidades das classes subalternas.

De acordo com Netto (2011) dentro deste Movimento, três direções se destacam no processo de renovação do Serviço Social, são elas: *perspectiva modernizadora (1960); reatualização do conservadorismo (1970) e intenção de ruptura (1980)* com o Serviço Social Tradicional.

---

<sup>1</sup> Constituição Cidadã: O Deputado Ulysses Guimarães, denominou de constituição-cidadã a Carta da República de 1988, considerada até hoje uma das mais avançadas e democráticas do planeta, no que diz respeito aos direitos e garantias individuais do cidadão.

Dentre as três, a que se destaca nos propósitos desta análise, é a *Intenção de Ruptura* por manifestar a pretensão de romper tanto com a herança teórico-metodológica do Serviço Social tradicional, como com seus padrões de intervenção profissional.

De acordo com Netto (2011), fruto da universidade brasileira, a perspectiva de Intenção de Ruptura emerge na primeira metade da década de 70 do século XX na Escola de Serviço Social da Universidade Católica de Minas Gerais, através do “Método BH”<sup>2</sup> e lá ficará restrita até o final da mesma década devido a três elementos: no plano teórico-cultural - o país vivenciava um período de ditadura, assim essa intenção de romper colidia com a autocracia burguesa; no plano profissional - os objetivos propostos chocavam-se com o perfil dos profissionais requisitados pela “modernização conservadora” e no plano político - as visões de participação social e cidadania, além dos projetos societários iam contra a institucionalidade da ditadura.

A partir da década de 1980, com o agravamento da crise da autocracia burguesa e com o enfraquecimento do período ditatorial, a perspectiva de Intenção de Ruptura começa a ultrapassar os limites da universidade e a rebater nos espaços de debate e nos organismos da categoria profissional. Assim, ela só avança efetivamente quando a autocracia burguesa entra em crise e quando a democracia na sociedade e no Estado brasileiro começa a dar sinais de efetivação. Sendo assim, mais do que as demais perspectivas que buscavam renovar o Serviço Social, a Intenção de Ruptura é a que mais necessita de um clima de liberdade democrática para avançar, justamente por seus objetivos teórico-culturais e cívico-políticos. (NETTO, 2011)

Com isso, fica evidente que na perspectiva de Intenção de Ruptura é ineliminável o caráter de oposição à autocracia burguesa e conseqüentemente sua

---

<sup>2</sup>Método BH: desenvolvido na Escola de Serviço Social da Universidade Católica de Minas Gerais, na primeira metade dos anos 1970 se constitui como uma alternativa global ao Serviço Social tradicional, do ponto de vista teórico-metodológico, formativo e interventivo. Indicava os parâmetros para a construção de um determinado perfil profissional. Segundo Netto (2011) se configurou como “(...) a primeira elaboração cuidadosa, no país, sob a autocracia burguesa, de uma proposta profissional alternativa ao tradicionalismo preocupada em atender a critérios teóricos, metodológicos e interventivos capazes de aportar ao Serviço Social uma fundamentação orgânica e sistemática, articulada (...) para expressar os interesses históricos das classes e camadas exploradas e subalternas (...)” (p. 275)

total oposição às perspectivas modernizadoras e reatualização do conservadorismo. (NETTO, 2011)

Netto (2011) coloca ainda que é na universidade, portanto que essa perspectiva irá encontrar o espaço necessário para se desenvolver, já que no cenário político do regime militar tanto os espaços de trabalho na estrutura do Estado, quanto os privados não permitiam que ela se desenvolvesse devido ao obstáculo imposto pela autocracia burguesa.

Paralelamente, a universidade oferecia um espaço relativamente menos inseguro para a Intenção de Ruptura, mas não totalmente livre: num momento como o que o país vivia a universidade também estava subordinada à autocracia burguesa, mas devido às próprias características desse espaço, ela se apresentava menos adverso que os demais, já que com condições minimamente favoráveis permitia que pesquisa e extensão se conjugassem, atendendo assim necessidades imprescindíveis ao projeto de ruptura. (NETTO, 2011)

Deste modo, esse projeto se constituiria como uma crítica ao tradicionalismo, mas também como uma apropriação de um arcabouço diferente. A essa perspectiva se colocava um grande desafio, pois ela deveria ir contra as ideologias dominantes que permeavam a realidade brasileira, além de ter de encontrar novas formas de atuar diante da nova proposta teórica, diferentemente das demais perspectivas. É, portanto na universidade que ela irá encontrar os meios necessários para sua realização.

Assim, é:

Por estas razões, que o projeto de ruptura evidenciou-se e explicitou-se primeira e especialmente como produto universitário sob o ciclo autocrático burguês. No espaço universitário tornou-se possível a interação *intelectual* entre assistentes sociais que podiam se dedicar à pesquisa sem as demandas imediatas da prática profissional submetida às exigências e controles institucional-organizacionais e especialistas e investigadores de outras áreas; ali se tornaram possíveis *experiências-piloto* (através da extensão, com campos de estágio supervisionados diretamente por profissionais orientados pelos novos referenciais) destinadas a verificar e a apurar os procedimentos interventivos propostos sob nova ótica. Nesse espaço foi possível, vê-se, quebrar o *isolamento intelectual* do assistente social e viabilizar experiências de prática *auto-geridas*. (NETTO, 2011, p. 251)

Conseqüentemente, é evidente que a visão conservadora não seria capaz de embasar por muito tempo uma profissão que atua diretamente nas expressões da

“Questão Social”<sup>3</sup>. É por esse motivo que nos primórdios dos anos 1960, o Serviço Social se aproxima cada vez mais das obras de Marx. Entretanto segundo Netto (1989), ao se aproximar das obras de Marx, o Serviço Social o faz de maneira enviesada, por não o fazer diretamente nas fontes e sim por meio de manuais que difundiam interpretações equivocadas e diversas das obras marxistas.

Inquietos com os impasses do exercício profissional, e sem encontrar respostas nas teorias de que dispunham, parte da categoria se volta para as correntes “críticas” das chamadas Ciências Sociais, onde Marx era frequentemente referenciado. A partir dessa aproximação com as teorias marxistas, foi inevitável perceber a necessidade de mudança da profissão e da mesma se manter ativa diante das novas configurações da sociedade. (NETTO, 1989)

Assim, a aproximação às obras de Marx proporcionou à profissão, segundo Netto (1989), compreender o seu significado social, de modo a esclarecer criticamente “(...) *o sentido, a funcionalidade e as limitações do nosso exercício profissional*”, iluminar a intervenção socioprofissional e dinamizar a elaboração teórica dos assistentes sociais como uma “(...) *fundamentação e a articulação dos aportes teóricos* (...)”. (P.99)

É, portanto, a partir disso que podemos observar a passagem do Serviço Social tradicional para o Serviço Social crítico e comprometido diretamente com a classe trabalhadora, como explicita NETTO:

[...] é com a vertente da intenção de ruptura que repercutem produtivamente no Serviço Social no Brasil as questões referentes à dinâmica contraditória e macroscópica da sociedade, apanhadas numa angulação que põe em causa a produção social (com a ênfase na crítica da economia política), que ressalta a importância da estrutura social (com o privilégio da análise das classes e suas estratégias), que problematiza a natureza do poder político (com a preocupação com o Estado) e que interroga acerca da especificidade das representações sociais (indagando-se sobre o papel da ideologia). Esta constelação simbólica só ingressa no mundo mental dos assistentes sociais brasileiros mercê das elaborações conectadas à perspectiva da intenção de ruptura (...) (NETTO, 2011, p.302-303)

---

<sup>3</sup>Segundo Iamamoto (2011) a Questão Social se configura como “(...) as expressões do processo de formação e desenvolvimento da classe operária e de seu ingresso no cenário político da sociedade, exigindo seu reconhecimento como classe por parte do empresariado e do Estado. É a manifestação, no cotidiano da vida social, da contradição entre o proletariado e a burguesia, a qual passa a exigir outros tipos de intervenção, mais além da caridade e repressão (...)” (p. 84). É, portanto, objeto de trabalho do Assistente Social.

Todo esse processo reflete no debate acerca da formação profissional, através da Reforma Curricular de 1982, que se deu diante da necessidade de se efetivar os esforços no sentido de adequar a formação profissional às novas condições de enfrentamento da Questão Social impostas pela nova conjuntura social. Além disso, buscava-se redimensionar o ensino na busca de formar um profissional que respondesse com eficácia e competências, as demandas tradicionais e as emergentes na sociedade brasileira, na construção de um novo perfil profissional. (NETTO, 1999)

Ortiz (2010) afirma que o Currículo de 1982 visava romper com a prática da ajuda e do cuidado, socializando o seu conhecimento com o outro e contribuindo para a sua autoconscientização. Procurava-se também ultrapassar o perfil do militante, do agente da mudança e da transformação social para apoiar politicamente os trabalhadores através da socialização de conhecimentos necessários para a sua prática política, atuando como um “educador”.

Ao incorporar o papel de “educador” contribuiu na tentativa de renovação da profissão à medida que redimensiona a atuação historicamente tradicional – a reprodução ideológica através do aconselhamento, da orientação individual – se voltando para o compromisso com a classe trabalhadora, quanto as suas necessidades, aos recursos institucionais disponíveis e do discurso do usuário como portador de direito. (ORTIZ, 2010)

Embora, tenha expressado a tentativa de construir e afirmar uma nova tendência profissional, voltada para a classe trabalhadora e para a ruptura com o conservadorismo da profissão e com a construção de um novo perfil profissional, o Currículo de 1982 não deixou de apresentar fragilidades e de receber críticas. (ORTIZ, 2010)

Ainda segundo a autora, o referido Currículo buscava também superar o tripé Caso, Grupo e Comunidade, para tanto foram criadas as disciplinas de Metodologia do Serviço Social, História do Serviço Social e Teoria do Serviço Social. Essa nova configuração acabou ocasionando o que Ortiz coloca como “(...) *uma nova dicotomia ao se separar teoria, método e história como compartimentos isolados da vida social.*” (2010, p.1 91)

Ainda na década de 80, aliado à Reforma Curricular de 1982, em 1986 há a revisão do Código de Ética. Fruto das vanguardas profissionais, “(...) *é resultado de um amplo processo de trabalho conjunto, desencadeado a partir de 1983 (...)*”

(BARROCO, 2012, p. 47) que buscava consolidar as conquistas alcançadas. Devido a isso, torna-se um marco na história do Serviço Social brasileiro, no domínio da dimensão política, que ratifica o rompimento com o conservadorismo da profissão e o seu vínculo com a classe trabalhadora. (NETTO, 1999)

Assim:

[...] a categoria de Assistentes Sociais passa a exigir também uma nova ética que reflita uma vontade coletiva, superando a perspectiva a-histórica e acrítica, onde os valores são tidos como universais e acima dos interesses de classe. A nova ética é resultado da inserção da categoria nas lutas da classe trabalhadora e, conseqüentemente, de uma nova visão da sociedade brasileira. Neste sentido, a categoria, através de suas organizações, faz uma opção clara por uma prática profissional vinculada aos interesses desta classe. (CFAS *apud* BARROCO, 2012, p. 48)

Logo, nota-se que estas conquistas políticas, são de enorme importância para o Serviço Social desta década (1980), assim como para o seu desenvolvimento a seguir nos anos de 1990.

## 1.2 DÉCADA DE 1990: CONCRETIZAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL CRÍTICO

A década de 1990 foi marcada por inúmeras mudanças no cenário político, econômico e social brasileiro. Com o agravamento da crise que emerge nos anos 1970 e se adensa nos anos 1980, é necessário que o sistema capitalista se reorganize. Para tanto, altera-se o modo de organização do trabalho e das relações sociais, provoca reajustes na economia, retração das políticas sociais, e altera também o papel do Estado. (IAMAMOTO, 2012; ORTIZ, 2010)

Essas mudanças afetam diretamente a vida da classe trabalhadora, causando um crescimento da pobreza, do desemprego, enfraquecimento do movimento sindical e das lutas sociais. Há uma intensificação da exploração do trabalhador, que convive com uma maior precarização nas suas relações de trabalho, com contratos de trabalho temporários e com salários cada vez mais baixos, que comprometem os seus direitos sociais. (IAMAMOTO, 2012; MOTA, 2009)

Seguindo essa lógica, o mercado busca cada vez mais aumentar os lucros e diminuir os custos, para tanto fragmenta o processo de produção da sua mercadoria,

repassando-o para empresas menores e terceirizadas, que acabam por explorar ainda mais os trabalhadores, afetando as suas condições de vida. Essa nova configuração, é impulsionada pelo surgimento e desenvolvimento de novas tecnologias, como a informática e a robótica, o que demanda um menor número de trabalhadores no processo de produção, mas que requer destes maiores qualificações e competências. (IAMAMOTO, 2012; ANTUNES, 1999)

[...] trabalhadores de diversas partes do mundo participam do processo de produção e de serviços. O que, é evidente, não caminha no sentido da eliminação da classe trabalhadora, mas da sua precarização e utilização de maneira ainda mais intensificada. Em outras palavras: aumentam os níveis de exploração do trabalho. (ANTUNES, 1999, p. 25)

Todo esse processo ocasiona o enfraquecimento dos direitos trabalhistas conquistados pela classe trabalhadora, que se vê cada vez mais desamparada e explorada, associada à fragilização da representação sindical e um total sentimento de insegurança em todos os aspectos: no trabalho, na renda, na contratação e na organização dos trabalhadores.

Portanto, conforme IAMAMOTO:

[...] O cenário dominante do mercado de trabalho nos anos 1990 aponta, pois, para: a redução do emprego do trabalho vivo na produção, a racionalização da contratação; a desverticalização das empresas com o crescimento da terceirização, o que tende a ampliar o trabalho temporário e por tarefa, destituído de direitos. Enfim, cresce o desemprego e a precarização das relações de trabalho. (IAMAMOTO, 2012, p. 117)

Essa ofensiva neoliberal faz com que o Estado mude sua estratégia e tome o papel de regulador do capital e de suas crises, minimizando as ações referentes aos direitos sociais dos trabalhadores. Ao voltar a sua atenção para o âmbito econômico, o Estado deixa de lado a área social, o que aliado às transformações do mundo do trabalho acarretam uma intensificação da Questão Social e de suas expressões, assim como na maneira como o mesmo responde a elas. (IAMAMOTO, 2012; MOTA, 2009)

Conseqüentemente, as políticas sociais sofrem um efetivo de desmonte e passam por um processo de desregulamentação, rebatendo nos direitos sociais conquistados com a Constituição Federal de 1988, que passam a estar

subordinados aos ditames do mercado. As demandas por efetivação dos direitos sociais da população são incorporadas pela na lógica do capital e passam a ser respondidas pela sociedade civil e pela a iniciativa privada. (YASBEK, 2009a; IAMAMOTO, 2009a)

Assim, as necessidades da população que deveriam ser atendidas pelo Estado através de políticas públicas, seguindo a lógica do direito, são repassadas para a sociedade civil, através do trabalho das ONG'S; além da filantropia empresarial que atua de maneira seletista e focalizada na oferta de ações através dos projetos e programas com o objetivo de expressar a imagem "social" da empresa, além de ampliar as vendas e o mercado. (IAMAMOTO, 2012; YASBEK, 2009a).

Nesses novos tempos, em que se constata a retração do Estado no campo das políticas sociais, amplia-se a transferência de responsabilidades para a sociedade civil no campo da prestação de serviços sociais. Esta vem se traduzindo, por um lado, em um *crescimento de parcerias do Estado com Organizações Não-Governamentais*, que atuam na formulação, gestão e avaliação de programas e projetos sociais em áreas como família, habitação, criança e adolescente, educação, violência e relações de gênero etc (...) (IAMAMOTO, 2012, p. 126)

Diante deste contexto societário o Serviço Social se vê diante de novas demandas, indo na contramão do que o Estado propõe para a área social do país, a profissão busca reafirmar o seu projeto de ruptura com o Serviço Social Tradicional. (IAMAMOTO, 2012; ORTIZ, 2010; YASBEK, 2009a)

Inserido neste processo contraditório o Serviço Social da década de 90, se vê confrontado com este conjunto de transformações societárias no qual é desafiado a compreender e intervir nas novas configurações e manifestações da "questão social", que expressam a precarização do trabalho e a penalização dos trabalhadores na sociedade capitalista contemporânea. (YASBEK, 2009a, p.16)

Essas mudanças da sociedade rebatem diretamente na população e duplamente na profissão: como cidadãos e trabalhadores assalariados e como profissionais da área dos direitos sociais, porém esta se encontra amadurecida e reformulada, exigindo um novo perfil profissional, que esteja atualizado e atento às transformações da sociedade e que seja capaz de entender as novas formas de organização e exploração do sistema capitalista, assim como os mecanismos de

enfretamento por parte da classe trabalhadora e as respostas do Estado para essas necessidades. (BARROCO, 2010; YASBEK, 2009a)

Assim, a profissão enfrenta o desafio de decifrar algumas lógicas do capitalismo contemporâneo particularmente em relação às mudanças no mundo do trabalho e sobre os processos desestruturadores dos sistemas de proteção social e da política social em geral. Lógicas que reiteram a desigualdade e constroem formas despolitizadas de abordagem da questão social, fora do mundo público e dos fóruns democráticos de representação e negociação dos interesses em jogo nas relações Estado / Sociedade. (YASBEK, 2009a, p. 15)

O caminho para se alcançar o referido perfil profissional, de acordo com Iamamoto (2012) é o da atualização permanente dos Assistentes Sociais, objetivando uma constante sintonia da profissão com as modificações da sociedade e do mercado de trabalho, que também são sentidas pelo Serviço Social através do movimento da filantropia empresarial e das Organizações Não-Governamentais, que se colocam como um novo espaço de atuação para o assistente social, devido à transferência por parte do Estado das demandas sociais da população para as organizações da sociedade civil com o objetivo de se evitar um aumento de funcionários públicos. (IAMAMOTO, 2012)

Esses novos espaços requerem do profissional novas qualificações, no sentido de dar a ele subsídios para atender as novas e antigas atribuições, como funções de coordenação, gerenciamento, planejamento, encaminhamentos, providências e orientações referentes aos interesses dos usuários. (IAMAMOTO, 2012)

Entretanto, ao estarem inseridos em contratos de trabalho terceirizados, os profissionais não dispõem dos direitos sociais e trabalhistas, de que usufruem os profissionais concursados, e que exercem as mesmas tarefas e atribuições. Se encontrando submetidos às relações de trabalho precárias e que atingem e fragilizam a organização da categoria. (IAMAMOTO, 2012)

A mercantilização da força de trabalho subordina o trabalho de qualidade aos ditames do trabalho na sociedade neoliberal, rebatendo na autonomia do profissional e no projeto profissional por completo. Assim, segundo IAMAMOTO (2009b):

Verifica-se uma tensão entre projeto profissional, que afirma o assistente social como um ser prático-social dotado de liberdade e teleologia, capaz de realizar projeções e buscar implementá-las na vida social; e a condição de

trabalhador assalariado, cujas ações são submetidas ao poder dos empregadores e determinadas por condições externas aos indivíduos singulares, os quais são socialmente forçados a subordinar-se, ainda que coletivamente possam rebelar-se. (p.08-09)

Essa condição de trabalhador assalariado implica diretamente na relativa autonomia do Assistente Social em seu exercício profissional, que tem na esfera do Estado e nos organismos privados sua maior oferta de espaços ocupacionais. Mesmo sendo legitimado como uma profissão liberal através de sua legislação e dos Conselhos Profissionais, essa condição não se concretiza na realidade. (IAMAMOTO, 2009b)

[...] Esta inserção, que inscreve o assistente social em uma relação de assalariamento e o integra ao mercado de trabalho como um dos agentes responsáveis pela execução de políticas engendradas no âmbito do Estado e voltadas ao atendimento de sequelas da "questão social" vai conferir um caráter não liberal ao exercício profissional, apesar de seu reconhecimento legal como profissão liberal pelo Ministério do Trabalho pela Portaria n. 35 de 19 de abril de 1949. (YASBEK, 2009b, p.11)

Contudo, é importante frisar que mesmo diante de tantas mudanças na sociedade, o Serviço Social não se adaptou às mesmas, construindo seu projeto ético político profissional em oposição ao projeto de sociedade vigente nos anos 1990.

Assim, para a consolidação do Projeto Ético Político a profissão se voltará para valores e princípios éticos-políticos efetivamente humanos. Para tanto, reconhecerá a liberdade como princípio fundamental, a luta pela efetivação da democracia e da cidadania através de um profissional informado e crítico que acredita na autonomia e na emancipação dos sujeitos. (IAMAMOTO, 2012)

É, portanto neste cenário que o Serviço Social buscará efetivar o seu compromisso de ruptura com a tradição conservadora da profissão e lutar pela garantia dos direitos sociais e da cidadania, reafirmando o seu compromisso com a classe trabalhadora. Esse projeto político profissional se efetivará através das revisões do Código de Ética Profissional do Assistente Social e da Lei de Regulamentação da Profissão de Serviço Social (Lei nº 8.662/93) ambos promulgados em 1993, seguidos pela nova proposta de Diretrizes para o Curso de Serviço Social no ano de 1996 que modifica a formação profissional nas universidades. (IAMAMOTO, 2012)

### 1.2.1 Código de Ética Profissional do Assistente Social (1993)

A questão ética na década de 1990 se inicia não só no interior da categoria profissional, mas é fruto de um debate de toda a sociedade, através de mobilizações que reivindicavam a ética na política, esse debate se difundiu através dos meios de comunicação de massa e a discussão se popularizou no cotidiano dos trabalhadores, ocasionando no Serviço Social um processo inverso às discussões anteriores acerca do Código de Ética, segundo BARROCO:

O processo de debates éticos que teve início em 1992, culminando com a aprovação do novo Código, um ano depois, foi marcado por um encaminhamento inédito na trajetória da reflexão ética profissional. Historicamente, é em função do Código de Ética que a categoria se mobiliza para tal discussão, o que já aponta para uma concepção restrita acerca da ética profissional; restrita à codificação formal, a ética deixa de ser tratada como tema do cotidiano e apreendida como relação entre as esferas e as atividades sociais. Em 1992, o processo foi inverso; iniciando-se como reflexão sobre a ética, em geral, levou a questão da ética profissional e ao Código, como uma de suas dimensões. (BARROCO, 2010, p.199)

Nesse sentido, a revisão do Código de Ética profissional de 1986 foi necessária no sentido de superar suas fragilidades e de afirmar suas conquistas numa *perspectiva superadora*, rompendo de maneira efetiva com a ética tradicional da profissão e afirmando seu compromisso ético-político com valores emancipadores universais. Ao se inserir “(...) *no processo de ruptura com o Serviço Social tradicional, o Código remete a construção de um projeto profissional vinculado a um projeto social (...)*” de viés democrático, “(...) *compromissado com os interesses históricos da massa da população trabalhadora*”. (BARROCO, 2010, p. 201)

Outra grande mudança se deu em sua fundamentação teórica, o CE de 1993 se estrutura nas bases ontológicas da teoria social de Marx. Segundo CFESS

A objetivação do trabalho propicia o desenvolvimento de certas capacidades que instituem um novo ser, diverso de outros seres existentes na natureza: um ser social, capaz de agir conscientemente, de uma forma livre e universal. Esse ser é um ser da práxis porque por meio do trabalho transforma conscientemente a natureza e a si mesmo, responde a necessidades, cria alternativas, institui a possibilidade de escolher entre elas e produz socialmente um resultado objetivo que amplia suas capacidades, criando novas alternativas, gestando, com isso, condições objetivas para o exercício da liberdade. (CFESS, 1993, p. 54)

E ainda segundo o Código de Ética:

É mediante o processo de trabalho que o ser social se constitui, se instaura como distinto do ser natural, dispondo de capacidade teleológica, projetiva, consciente: é por essa socialização que ele se põe como ser capaz de liberdade (CFESS, 1993, p. 03)

Assim, o texto do CE se inicia apresentando os onze princípios fundamentais referindo-se a valores éticos e políticos. Como valor central reconhece a liberdade, entendida historicamente como a possibilidade de escolher entre alternativas, para tanto defende “(...) *a autonomia, a emancipação e a plena expansão dos indivíduos sociais* (...)” (NETTO, 1999, p.15).

Os princípios do Código de Ética Profissional dos Assistentes Sociais são:

1. Reconhecimento da liberdade como valor ético central e das demandas políticas a ela inerentes – autonomia, emancipação e plena expansão dos indivíduos sociais;
2. Defesa intransigente dos direitos humanos e recusa do arbítrio e do autoritarismo;
3. Ampliação e consolidação da cidadania, considerada tarefa primordial de toda sociedade, com vistas à garantia dos direitos civis sociais e políticos das classes trabalhadoras;
4. Defesa do aprofundamento da democracia, enquanto socialização da participação política e da riqueza socialmente produzida;
5. Posicionamento em favor da equidade e justiça social, que assegure universalidade de acesso aos bens e serviços relativos aos programas e políticas sociais, bem como sua gestão democrática;
6. Empenho na eliminação de todas as formas de preconceito, incentivando o respeito à diversidade, à participação de grupos socialmente discriminados e à discussão das diferenças;
7. Garantia do pluralismo, através do respeito às correntes e compromisso com o constante aprimoramento intelectual;
8. Opção por um projeto profissional vinculado ao processo de construção de uma nova ordem societária, sem dominação- exploração de classe, etnia e gênero;
9. Articulação com os movimentos de outras categorias profissionais que partilhem dos princípios deste Código e com a luta geral dos trabalhadores;
10. Compromisso com a qualidade dos serviços prestados à população e com aprimoramento intelectual, na perspectiva da competência profissional;
11. Exercício do Serviço Social sem ser discriminado, nem discriminar, por questões de inserção de classe social, gênero, etnia, religião, nacionalidade, opção sexual, idade e condição física. (CFESS, 1993, p. 03)

Barroco (2012) explica que os valores essenciais: liberdade, justiça social, equidade e democracia, são valores que viabilizam a emancipação humana, que só ocorrerá através da ampliação e consolidação da cidadania, reconhecida como o caminho para a garantia dos direitos civis, políticos e sociais.

Em decorrência disso, o projeto profissional vinculado a um projeto social propõe uma nova ordem social, defendendo os direitos humanos e recusando toda forma de *autoritarismo, preconceito, dominação, exploração e discriminação*. (NETTO, 1999)

O Código de Ética apresenta também os direitos e deveres dos Assistentes Sociais na atuação profissional e na sua relação com os usuários, aborda ainda nos artigos 15 e 16 o direito do profissional e dos usuários ao sigilo profissional.

Art. 15 – Constitui direito do Assistente Social manter o sigilo profissional.

Art. 16 – o sigilo protegerá o usuário em tudo aquilo que o Assistente Social tome conhecimento, como decorrência do exercício da atividade profissional. (CFESS, 1993, p. 07)

No que se refere às competências éticas-políticas, Barroco (2010) salienta que a adesão ao Código de Ética e aos seus valores e princípios por si só é insuficiente, pois para que este se efetive é necessário que os profissionais por meio da sua atuação diária, junto aos usuários, o tornem concreto.

Dessa forma, o Código de Ética da profissão se configura como:

[...] um conjunto de princípios, deveres, direitos e proibições que orientam o comportamento ético profissional, oferecem parâmetros para a ação cotidiana e definem suas finalidades éticas-políticas, circunscrevendo a ética profissional no interior do projeto ético-político e em sua relação com a sociedade e a história. (CFESS, 2012, p. 53)

Assim, alguns pontos podem ser destacados como desafios a serem vencidos pelos Assistentes Sociais, com a finalidade de uma atuação profissional que efetive os valores e princípios éticos, refletindo em sua atuação junto aos usuários. Sendo assim, são eles:

- Compreender que a adesão ao projeto ético-político (...) não se esgota na intenção ética e/ou na opção política. Logo, tais condições exigem a mediação da capacidade teórica e técnica;
- Apreender a ética no contexto da lógica perversa do capitalismo e da exclusão socioeconômica e cultural dos trabalhadores (...);
- Pesquisar as formas de reatualização do conservadorismo, o fortalecimento de ideologias neoconservadoras, desvelando os processos alienantes da moral conservadora, em sua negação da liberdade, em suas particularidades, na intervenção cotidiana do Serviço Social, mas, também, nas novas teorias e ideologias contemporâneas;
- Compreender que a ética não leva à superação da alienação, pois nos termos da concepção que informa nosso Código, tal superação implica

a ruptura com a ordem social burguesa em sua totalidade. (...) (BARROCO, 2004, p. 192-193)

E também:

[...] um desafio ético o incentivo à criação de núcleos de pesquisa e de estudos voltados para capacitação em ética e direitos humanos, demandas dos alunos e profissionais que precisam ser atendidas de forma qualificadas, para identificar análises irracionalistas, presentes no ideário pós-moderno, que negam a universalidade dos valores, a perspectiva de totalidade, a luta de classes, o trabalho (...). (BARROCO, 2011, p. 214)

Assim, por apresentar os caminhos pelos quais a profissão deve seguir, de acordo com o posicionamento tomado pela categoria, o Código de Ética da profissão não deve ser deixado de lado no cotidiano de trabalho, “(...) *todavia, para que se materialize, é preciso que ganhem efetividade na transformação da realidade, na prática concreta (...)*” (BARROCO, 2009, p. 20), pois representa o novo projeto profissional do Serviço Social, sendo, portanto fundamental colocá-lo em prática.

#### 1.2.2 Lei de Regulamentação da Profissão de Serviço Social (Lei nº 8.662/1993)

A Lei que regulamenta a profissão, revisada e aprovada no mesmo ano do Código de Ética (1993), reafirma juntamente com os demais documentos do novo projeto profissional o rompimento com o Serviço Social Tradicional. (ORTIZ, 2010)

Em seu texto estão dispostas orientações referentes a quem está apto a exercer a profissão, a necessidade do registro dos profissionais nos Conselhos Regionais e dispõe nos artigos 4º e 5º as *competências e atribuições privativas do Assistente Social*, se configurando como os artigos fundamentais para o exercício da profissão.

Art. 4. Constituem *competência* do Assistente Social:

I- elaborar, implementar, executar e avaliar políticas sociais junto a órgãos da administração direta ou indireta, empresas, entidades e organizações populares;

II- elaborar, coordenar, executar e avaliar planos, programas, e projetos que sejam do âmbito de atuação do Serviço Social com participação da sociedade civil;

- III- encaminhar providências e prestar orientação social a indivíduos, grupos e à população;
- IV- (Vetado);
- V- orientar indivíduos e grupos de diferentes segmentos sociais no sentido de identificar recursos e de fazer uso dos mesmos no atendimento e na defesa dos direitos;
- VI- planejar, organizar e administrar benefícios e Serviço Sociais;
- VII- planejar, executar e avaliar pesquisas que possam contribuir para a análise da realidade social e para subsidiar ações profissionais;
- VIII- prestar assessoria e consultoria a órgãos da administração pública direta e indireta, empresas privadas e outras entidades, com relação às matérias relacionadas ao inciso II deste artigo;
- IX- prestar assessoria e apoio aos movimentos sociais em matéria relacionada às políticas sociais, no exercício e na defesa dos direitos civis, políticos e sociais da coletividade;
- X- planejamento, organização e administração de Serviços Sociais e de Unidade de Serviço Social;
- XI- realizar estudos socioeconômicos com os usuários para fins de benefícios e serviços sociais junto a órgãos da administração pública direta e indireta, empresas privadas e outras entidades. (CFESS, 2011a, p. 44-45)

As competências citadas no artigo 4º consistem na capacidade profissional de buscar uma solução e de dar respostas condizentes com a necessidade apresentada pelos sujeitos que demandam o trabalho, não se resumindo a somente uma especialidade profissional. Podemos destacar, por exemplo, a elaboração, implementação, execução e avaliação de políticas sociais, planos, programas e projetos no âmbito de atuação do Serviço Social; encaminhamento de providências e orientação social a indivíduos; grupos e à população; realização de estudos socioeconômicos com os usuários para fins de benefícios e serviços sociais, dentre outros. (IAMAMOTO, 2009a)

Art. 5. Constituem *atribuições privativas* do Assistente Social:

- I- coordenar, elaborar, executar, supervisionar e avaliar estudos, pesquisas, planos, programas e projetos na *área de Serviço Social*;
- II- planejar, organizar e administrar programas e projetos em *Unidade de Serviço Social*;
- III- assessoria e consultoria a órgãos da administração pública direta e indireta, empresas privadas e outras entidades, *em matéria de Serviço Social*;
- IV- realizar vistorias, perícias técnicas, laudos periciais, informações e pareceres sobre *matéria de Serviço Social*;
- V- assumir magistério de Serviço Social tanto no nível de graduação como pós-graduação, disciplinas e funções que exijam conhecimentos próprios e adquiridos em curso de formação regular;
- VI- treinamento, avaliação e supervisão direta de estagiários de Serviço Social;
- VII- dirigir e coordenar Unidades de Ensino e Cursos de Serviço Social de graduação e pós-graduação;
- VIII- dirigir e coordenar associações, núcleos, centros de estudos e de pesquisa em Serviço Social;

IX-elaborar provas, presidir e compor bancas de exames e comissões julgadoras de concursos ou outras formas de seleção para Assistentes Sociais, ou onde sejam aferidos conhecimentos inerentes ao Serviço Social;  
 X-coordenar seminários, encontros, congressos e eventos assemelhados sobre assuntos de Serviço Social;  
 XI-fiscalizar o exercício profissional através dos Conselhos Federal e Regionais;  
 XII-dirigir serviços técnicos de Serviço Social em entidades públicas ou privadas;  
 XIII-ocupar cargos ou funções de direção e fiscalização da gestão financeira em órgãos e entidades representativas da categoria profissional. (CFESS, 2011a, p. 46-47)

Já as atribuições privativas são prerrogativas exclusivas do profissional de Serviço Social, por expressar a compreensão do que é a profissão de Serviço Social e de que somente a qualificação especializada dos seus profissionais dão subsídios para a realização das mesmas. Dentre elas, pode-se destacar: assumir no magistério de Serviço Social disciplinas e funções que exijam conhecimentos próprios tanto ao nível de graduação como de pós-graduação; supervisão direta de estagiários de Serviço Social; direção e coordenação de Unidades de Ensino e Cursos de Serviço Social; fiscalizar o exercício profissional através dos Conselhos Federal e Regionais, dentre outras. (IAMAMOTO, 2009a)

Assim, a Lei de Regulamentação da Profissão consiste em um marco legal para os Assistentes Sociais por se constituir em um documento que ampara os profissionais em sua atuação e por dar legitimidade ao Serviço Social como profissão inserida e reconhecida na divisão social do trabalho.

### 1.2.3 Diretrizes Curriculares (1996)

Diante de todos os avanços alcançados pela profissão nos últimos anos, com o Código de Ética e a Lei de Regulamentação da Profissão, ambos de 1993, fica claro o novo perfil assumido pelo Serviço Social, diante disso é evidente a necessidade de atualização da formação profissional nas universidades.

O processo de revisão do currículo, porém, não é tão recente. Seu início se deu em agosto de 1982, com a aprovação pelo Conselho Federal de Educação da reforma curricular com a proposta centrada na categoria trabalho, visando promover

a integração social e a cidadania e se vinculando à luta de classes. (WERNER, 2010)

Juntamente ao processo de Regulamentação da Profissão (Lei nº 8.662/93), a categoria profissional realizou através de seus órgãos representativos (ABESS, CEDEPSS, CFESS, ENESSO) oficinas com o objetivo de discutir a revisão curricular exigida pela nova configuração da sociedade. Assim, “*os eventos promovidos pela categoria profissional possibilitaram o repensar da profissão, especialmente da formação de novos profissionais (...)*” (WERNER, 2010, p.67). Esse processo democrático deu novos rumos para que a profissão enfrentasse as dificuldades postas pela organização social contemporânea.

Para tanto, no ano de 1996 foram instituídas as novas Diretrizes Curriculares, elaboradas e aprovadas sob a coordenação da Associação Brasileira de Ensino em Serviço Social – ABESS; atualmente ABEPSS, Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social.

Assim, os pressupostos que norteiam as novas diretrizes curriculares:

Particularizam o Serviço Social no conjunto das relações de produção e reprodução da vida social, como uma profissão de caráter interventiva, cujo sujeito – o Assistente Social – intervém no âmbito da Questão Social. Consideram a Questão Social como fundamento básico da existência do Serviço Social, reconhecendo, a partir daí, que o agravamento dessa questão, em face das particularidades do processo de reestruturação produtiva no Brasil, determina uma inflexão no campo profissional, provocada por novas demandas postas pelo reordenamento do capital e do trabalho. (CARDOSO, 2000, p. 09)

Além disso, reconhece que:

O processo de trabalho do Serviço Social é determinado pelas configurações estruturais e conjunturais da Questão Social e pelas formas históricas de seu enfrentamento, permeadas pela ação dos trabalhadores, do capital e do Estado, através das políticas e de lutas sociais (WERNER *apud* ABESS/CEDEPSS, 2010, p. 67)

Estes pressupostos explicitam que o Serviço Social é uma profissão inserida nas relações sociais de produção e reprodução da vida social, que intervém e atua nas expressões da Questão Social. (WERNER, 2010)

Os princípios que fundam as Diretrizes Curriculares são:

1. Flexibilidade de organização dos currículos plenos, expressa na possibilidade de definição de disciplinas e ou outros componentes curriculares – tais como oficinas, seminários temáticos, atividades complementares – como forma de favorecer a dinamicidade do currículo;
2. Rigoroso trato teórico, histórico e metodológico da realidade social e do Serviço Social, que possibilite a compreensão dos problemas e desafios com os quais o profissional se defronta no universo da produção; e reprodução da vida social;
3. Adoção de uma teoria social crítica que possibilite a apreensão da totalidade social em suas dimensões de universalidade, particularidade e singularidade;
4. Superação da fragmentação de conteúdos na organização curricular, evitando-se a dispersão e a pulverização de disciplinas e outros componentes curriculares;
5. Estabelecimento das dimensões investigativa e interventiva como princípios formativos e condição central da formação profissional, e da relação teoria e realidade;
6. Padrões de desempenho e qualidade idênticos para cursos diurnos e noturnos, com o máximo de quatro horas/aulas diárias de atividades nesses últimos;
7. Caráter interdisciplinar nas varias dimensões do projeto de formação profissional;
8. Indissociabilidade nas dimensões de ensino, pesquisa e extensão;
9. Exercício do pluralismo como elemento próprio da natureza da vida acadêmica e profissional, impondo-se o necessário debate sobre as varias tendências teóricas, em luta pela direção social da formação profissional, que compõe a produção das ciências humanas e sociais;
10. Ética como princípio formativo perpassando a formação curricular;
11. Indissociabilidade entre estágio e supervisão acadêmica e profissional. (WERNER *apud* ABESS/CEDEPSS, 2010, p.68)

Desse modo, segundo seus princípios, propõe articulação entre ensino e prática, considerando as disciplinas “(...) *como expressões de áreas de conhecimento necessárias à formação profissional (...)*” (WERNER, 2010, p. 69)

A proposta do novo currículo se estrutura através de três núcleos temáticos, que definem um “(...) *conjunto de conhecimentos e habilidades necessários à qualificação profissional dos assistentes sociais na atualidade (...)*” (Iamamoto, 2012, p.71). São eles: fundamentos teórico-metodológicos da vida social; fundamentos da formação sócio-histórica da sociedade brasileira e fundamentos do trabalho profissional.

O primeiro núcleo *fundamentos teórico-metodológicos da vida social* estabelece a necessidade do Assistente Social “(...) conhecer e decifrar o ser social, a vida em sociedade (...)” (IAMAMOTO, 2012, p. 72)

Assim como:

[...] Compreende elementos para a análise da emergência e desenvolvimento da sociedade moderna – a sociedade burguesa –, o papel do trabalho no desenvolvimento da sociabilidade e da consciência

humanas, a compreensão teórico-sistemática do Estado e da política, das classes e grupos sociais, das formas de consciência e representação da vida social, ideologias etc. Enfim, um acervo de fundamentos temáticos que possa fornecer bases para a compreensão da dinâmica da vida social na sociedade burguesa. (IAMAMOTO, 2012, p. 72)

O segundo núcleo fundamentos da formação sócio-histórica da sociedade brasileira:

[...] remete à compreensão da sociedade brasileira resguardando as características históricas particulares que presidem a sua formação e desenvolvimento urbano e rural, em suas diversidades regionais e locais. Abrange as relações Estado/sociedade, os projetos políticos em debate, as políticas sociais, as classes sociais e suas representações culturais, os movimentos organizados da sociedade civil, entre outros aspectos. Tais elementos devem permitir a apreensão da produção e reprodução da *questão social* e as várias faces que assume nessa sociedade. (IAMAMOTO, 2012, p. 72)

O terceiro núcleo fundamentos do trabalho profissional:

[...] Compreende todos os elementos constitutivos do Serviço Social como uma especialização do trabalho: sua trajetória histórica, teórica e metodológica e técnica, os componentes éticos que envolvem o exercício profissional, a pesquisa, o planejamento e a administração em Serviço Social e o estágio supervisionado. Tais elementos encontram-se “amarrados” pela análise dos fundamentos do Serviço Social e dos processos de trabalho em que se insere, desdobrando-se em conteúdos necessários para capacitar os profissionais no exercício de suas funções, resguardando as suas competências específicas, normatizadas por lei. (IAMAMOTO, 2012, p. 72)

Estes três núcleos são necessários e se complementam nos níveis de conhecimento da formação profissional, porém mesmo com essas mudanças, as novas diretrizes curriculares não ficaram isentas as transformações provenientes do neoliberalismo. Como expõe Ortiz *apud* Iamamoto (2010):

[...] O conteúdo da formação passa a ser submetido à livre iniciativa das unidades de ensino públicas e privadas, desde que preservados os referidos núcleos. Esta total flexibilização da formação acadêmico-profissional, que se expressa no estatuto legal, é condizente os princípios liberais que vêm presidindo a orientação para o ensino superior, estimulando a sua privatização e submetendo-o aos ditames da lógica do mercado. Esse é um forte desafio a construção do projeto ético-político do Serviço Social. (ORTIZ *apud* IAMAMOTO, 2010, p. 204)

É importante salientar que a discussão acerca das novas Diretrizes Curriculares se deu em um momento de reforma da educação superior no Brasil, imposta pela implementação de uma política orientada pelos organismos internacionais, como FMI e Banco Mundial. Essa reforma se deu através da redução dos recursos para atividades de pesquisa, acelerando o processo de privatização interna, contribuindo para o uso “(...) *da universidade pública para fins privados (...)*” (CARDOSO, 2000, p. 8)

Essa realidade rebate na formação profissional dos assistentes sociais, a partir do momento que não se tem um currículo único a ser utilizado por todas as universidades, mas somente diretrizes que orientam na elaboração do projeto político pedagógico dos cursos de Serviço Social. Porém, de acordo com WERNER:

As diretrizes para o curso de Serviço Social se organizaram a não permitir a fragmentação e segmentação das disciplinas, nem a abstração e autonomização dos conteúdos concretos, buscaram superar os formalismos, estimular o caráter interdisciplinar e estabelecer a indissociabilidade nas dimensões de ensino, pesquisa e extensão. Recusou-se a fazer a separação entre ensino teórico e ensino prático, entre investigação e intervenção, entre prática e política. (WERNER, 2010, p. 68)

A ofensiva neoliberal altera também as relações dentro das universidades, que a partir da década de 1990, assume um novo perfil, o de organização prestadora de serviços e não mais o de instituição social, através de “(...) *propostas neoliberais de desmantelar o setor público e de transformar a educação num negócio submetido à lógica do mercado (...)*” (LEWGOY *apud* CATTANI, 2010, p.24).

Assim, segundo Cardoso (2000), alguns dos desafios postos para a implementação das novas diretrizes curriculares são: a não redução da Questão Social ao conteúdo de uma única disciplina, perpassando transversalmente todo o currículo; garantir que a formação profissional se dê à base da pesquisa, considerando a dimensão investigativa como princípio e condição de formação e atuação profissional, através do pluralismo; avançar na capacitação profissional dos envolvidos no processo de formação profissional e revitalizar o processo organizativo da categoria, como sujeitos envolvidos nas lutas gerais dos trabalhadores.

## CAPÍTULO II

### TRABALHO E SERVIÇO SOCIAL: NOVAS CONFIGURAÇÕES NA ATUALIDADE

As transformações sofridas pelo Serviço Social brasileiro através de seu processo de renovação crítica, nas décadas de 1970 e 1980 e das transformações sociais que ocorreram no país em virtude das lutas pela democratização da sociedade e do Estado na década de 1990, impulsionaram o seu processo de ruptura com o conservadorismo da profissão e permitiram a construção de um projeto profissional inovador e crítico.

É nesse cenário de mudanças societárias que os profissionais de Serviço Social vêm ao longo dos anos contribuindo e resistindo aos valores impostos pelo sistema capitalista e lutando através das políticas sociais para a conquista da cidadania. É necessário, portanto, que se compreenda como vem se configurando o trabalho do Assistente Social na atualidade, inserido na divisão social e técnica do trabalho e entendido como uma especialização do trabalho coletivo.

Dessa forma, neste capítulo tratar-se-á da importância da centralidade do trabalho para sociabilidade dos homens a partir do referencial teórico marxiano. Além de apresentar a análise dos processos de trabalho do Assistente Social, assim, como as novas configurações e demandas postas ao profissional de Serviço Social, no bojo das metamorfoses do mundo trabalho na atualidade.

#### 2.1 A CENTRALIDADE DO TRABALHO NA SOCIABILIDADE HUMANA

A categoria *trabalho* é uma das categorias que o autor Karl Marx trata na sua obra, intitulada Teoria Social Crítica (1818-1893). De acordo com Alves (2012) ela se apresenta de duas maneiras distintas: no sentido *histórico-ontológico* e *sócio-histórico*<sup>4</sup>. Por *histórico-ontológico* entende-se aquele denominado por Marx (1996)

---

<sup>4</sup> O trabalho como categoria sócio-histórica corresponde ao desenvolvimento das atividades (forças) produtivas do trabalho social. Assumindo diversas formas de acordo com o momento histórico e seu grau de desenvolvimento: trabalho antigo, trabalho feudal e trabalho capitalista. (ALVES, 2012)

como o “(...) processo em que o homem, por sua própria ação, media, regula e controla seu metabolismo com a natureza (...)” (p. 297) Sendo, portanto, o processo pelo qual o homem se relaciona com a natureza.

Ele põe em movimento as forças naturais pertencentes a sua corporalidade, braços e pernas, cabeça e mão, a fim de apropriar-se da matéria natural numa forma útil para sua própria vida. Ao atuar, por meio desse movimento, sobre a natureza externa a ele e ao modificá-la, ele modifica, ao mesmo tempo, sua própria natureza. (MARX, 1996, p. 297)

Ao modificar a natureza a sua volta, ele modifica conseqüentemente o meio aonde vive, e em decorrência disso sua própria natureza é transformada, pois passa a viver de maneira diferente ao que estava acostumado. Entretanto, essa relação não se dá do mesmo modo como ocorre com os demais animais que buscam satisfazer suas necessidades, como a fome, a sede e a sobrevivência, através do instinto. Os homens são capazes de produzir os meios indispensáveis para satisfazer as suas necessidades, antecipando em sua mente o resultado de sua ação. Sendo assim, o trabalho é:

[...] como que *antecipado* nas representações do sujeito: idealmente (mentalmente, no seu cérebro), *antes* de efetivar a atividade do trabalho, o sujeito *prefigura* o resultado da sua ação. (...) importante é destacar que sua atividade parte de uma finalidade que é antecipada idealmente, é sublinhar que sua atividade tem como ponto de partida uma intencionalidade prévia – mais exatamente, é importante ressaltar que o trabalho é uma atividade projetada *teleologicamente direcionada*, ou seja: conduzida a partir do fim proposto pelo sujeito (...) (NETTO, BRAZ, 2012, p. 44)

Desse modo, o trabalho apresenta dois momentos: o subjetivo, que consiste na previa ideação do ato a ser realizado e o objetivo que altera e transforma a natureza material do objeto. (NETTO, BRAZ, 2012)

[...] No fim do processo de trabalho obtém-se um resultado que já no início deste existiu na imaginação do trabalhador, e, portanto idealmente. Ele não apenas efetua uma transformação da forma da matéria natural; realiza, ao mesmo tempo, na matéria natural seu objetivo, que ele sabe que determina, como lei, a espécie e o modo de sua atividade e ao qual tende subordinar sua vontade. (...) (MARX, 1996, p. 298)

Ao produzir os meios para a satisfação de suas necessidades, o homem desenvolve novas necessidades que por consequência requerem novos meios de

satisfazê-las, tornando-se assim um ciclo. Esse processo faz com que ao desenvolver novas formas de satisfação, o homem se desenvolva cada vez mais e se afaste com isso de sua condição natural, se humanizando e se tornando, portanto, ser social. (NETTO, BRAZ, 2012). Sendo, assim, “(...) *o homem é um animal que se fez homem através do trabalho* (...) (ALVES, 2012, p. 02)

[...] o homem se desenvolve como um ser consciente, universal e livre, capaz de produzir sem a necessidade física e, de fato, quanto mais dela se afastar, mais livre será sua produção e sua autoconsciência de sujeito transformador da natureza. (...) (BARROCO, 2010, p. 21)

Em outras palavras, entende-se que o homem se diferencia dos animais por sua capacidade de realizar trabalho, que consiste em agir intencionalmente, sendo assim, o momento em que passa a buscar meios para satisfazer suas necessidades, meios esses que não necessariamente precisam estar vinculados com a ação final, mas que possam de alguma forma intermediar essa ação para alcançar o objetivo de forma mais rápida e fácil. Usando a natureza como meio de satisfação, não mais como um fim. Ao desenvolver essa capacidade, dá-se um “salto ontológico”, momento em que o indivíduo passa a agir com intencionalidade, deixando de agir somente para garantir sua sobrevivência.

[...] enquanto o animal se relaciona com a natureza a partir do instinto, o ser social passa a construir mediações – cada vez mais articuladas -, ampliando seu domínio sobre a natureza e sobre si mesmo. Desse modo, sem deixar de se relacionar com a natureza – pois precisa dela para se manter vivo -, vai moldando sua natureza social. (BARROCO, 2010, p.19)

Segundo Marx (1996), o trabalho é central na sociabilidade dos homens. A autoconstrução do ser social se dá no seu processo de humanização, das respostas de forma consciente e racional, juntamente com a capacidade de se relacionar com os demais homens, no sentido de compartilhar suas descobertas, desenvolvendo com isso a linguagem, entendida como um complexo sistema de códigos que tem a função de designar objetos, características, ações ou relações. Tendo, portanto, a função de transmitir informações, a partir da necessidade de comunicação entre os homens.

[...] “a fala corresponde a uma necessidade social que nasce, ontologicamente, a partir da relação dos homens com a natureza e entre si, e que exatamente”, na dupla tarefa de captar e fixar, em formas linguísticas,

o singular e o universal, o complexo da fala “deve e pode se realizar na prática”. (LESSA, 1991, p. 43)

Assim, o homem cada vez mais desenvolve sua capacidade de abstrair os significados e conceitos e essa compreensão não necessita mais estar vinculada com a ação, uma vez que “(...) *a fala está presente como mediação fundamental tanto na relação do homem com a natureza como em todas as relações dos homens entre si (...). É, nesse sentido, um complexo social universal (...)*” (LESSA, 1991, p.43) que se dá por associações que somente são possíveis graças aos conceitos e significados que o ser humano adquire através das suas relações sociais e do contato com os demais.

Desse modo, como Marx advertiu, o trabalho não se realiza sem a capacidade teleológica do homem, ou seja, sem a projeção ideal de finalidades e dos meios para a sua efetivação, sem um determinado grau de cooperação, de certas formas sociais de comunicação, tal como a linguagem articulada, sem um nível de conhecimento e de domínio sobre a natureza, entre outros aspectos. (BARROCO, 2010, p.24)

Portanto, ao se apropriar das produções humanas, das suas relações, instrumentos e linguagem, a atividade humana adquire a sua existência objetiva, denominada por Marx como *objetivação*. Assim, ao criar os objetos e produtos, o homem objetiva uma ação previamente idealizada em sua consciência. Em outras palavras:

[...] aquilo que antes eram faculdades dos seres humanos se torna, depois do processo de objetivação, características por assim dizer corporificadas no produto dessa atividade, o qual por sua vez passa a ter uma função específica no interior da prática social (...) (DUARTE, 2004, p. 49-50)

Assim sendo, a objetivação é o processo pelo qual o homem materializa e reproduz as suas criações no processo de satisfação das suas necessidades e na sua relação com os demais membros do contexto em que se encontra inserido. Segundo Duarte (2004): “(...) *O processo de objetivação é, portanto, o processo de produção e reprodução da cultura humana (cultura material e não-material), produção e reprodução da vida em sociedade.*” (p. 50)

O avanço do processo de humanização pode ser compreendido, pois, como a diferenciação e a complexificação das objetivações do ser social. O trabalho aparece como a *objetivação primária e ineliminável do ser social*, a partir da qual surgem, através de mediações cada vez mais complexas, as necessidades e as possibilidades de novas objetivações. O trabalho, porém, permanece como a objetivação primária do ser social num sentido amplo: as outras formas de objetivação, que se estruturam no processo de humanização, supõem os traços fundamentais que estão vinculados ao trabalho (...) (a atividade teleologicamente orientada, a tendência à universalização e a linguagem articulada) e só podem existir na medida em que os supõem; somente com eles tornam-se possíveis o pensamento religioso, a ciência, a filosofia e a arte. (NETTO, BRAZ, 2012, p. 52-53)

Assim, o trabalho é um processo exclusivo do animal homem, fundamental para o desenvolvimento da atividade social humana e da constituição do homem como ser social, capaz de produzir e reproduzir os meios de satisfazer as suas necessidades, além de desenvolver símbolos e códigos para expressar suas produções como a linguagem, a fala e a escrita. É, portanto, através dele que os homens se diferenciam dos demais animais. (ALVES, 2012)

Dessa forma, trataremos a seguir dos elementos constitutivos do processo de trabalho conforme apresentados pelo autor Karl Marx.

## 2.2 PROCESSOS DE TRABALHO NA TEORIA SOCIAL CRÍTICA

Marx (1996) afirma que o processo de trabalho é composto pelos seguintes elementos fundamentais: “(...) *a atividade orientada a um fim ou o trabalho mesmo, seu objeto e seus meios*” (p. 298) e o produto ou resultado da ação.

Assim, a atividade orientada a um fim consiste na própria ação do homem de projetar em sua mente sua intenção e de torná-la real no objeto, a fim de transformá-lo conforme desejado. É, portanto, o próprio trabalho.

Conseqüentemente, para que esta ação se efetive, são necessários os meios com os quais o homem irá atuar e modificar o objeto, na busca de satisfação de suas necessidades. Por fim, ao utilizar os meios para modificar o objeto está realizando trabalho.

O meio de trabalho é uma coisa ou um complexo de coisas que o trabalhador coloca entre si mesmo e o objeto de trabalho e que lhe serve como condutor de sua atividade sobre esse objeto. Ele utiliza as

propriedades mecânicas, físicas, químicas das coisas para fazê-las atuar como meios de poder sobre outras coisas, conforme o seu objetivo. (MARX, 1996, p. 298)

Dessa forma, os meios são os instrumentos utilizados para que a ação e a intenção previamente idealizada possa se realizar no objeto, dando a ele nova forma.

No processo de trabalho a atividade do homem efetua, portanto, mediante o meio de trabalho, uma transformação do objeto de trabalho, pretendida desde o princípio. O processo extingue-se no produto. Seu produto é um valor de uso; uma matéria natural adaptada às necessidades humanas mediante transformação da forma. O trabalho se uniu com seu objetivo. O trabalho está objetivado e o objeto trabalhado. (...) (MARX, 1996, p. 300)

Assim, na produção de um objeto, sua matéria prima, inicialmente retirada da natureza e filtrada pelo trabalho, se torna objeto de trabalho para ser transformado em produto. No entanto, “*o mesmo produto pode no mesmo processo de trabalho servir de meio de trabalho e de matéria prima. (...)*” (MARX, 1996, p.301) Por exemplo, o vidro que é matéria prima para outros produtos (copo, prato, objetos de decoração, janela, porta, entre outros) foi produzido através da areia, retirada da natureza, filtrada pelo trabalho e transformada em produto.

O processo de trabalho, como o apresentamos em seus elementos simples e abstratos, é atividade orientada a um fim para produzir valores de uso, apropriação do natural para satisfazer as necessidades humanas, condição universal do metabolismo entre o homem e a Natureza, condição natural eterna da vida humana e, portanto, independente de qualquer forma dessa vida, sendo antes igualmente comum a todas as suas formas sociais. (...) (MARX, 1996, p. 303)

De acordo com Marx (1996) no modo de produção capitalista, o processo de trabalho não se altera. O que muda é a apropriação do produto final, que não pertence ao seu produtor, mas sim ao capitalista que comprou sua força de trabalho e é, portanto seu proprietário.

[...] Ao comprador da mercadoria pertence a utilização da mercadoria, e ao possuidor da força de trabalho dá, de fato, apenas valor de uso que vendeu ao dar seu trabalho. A partir do momento em que ele entrou na oficina do capitalista, o valor de uso de sua força de trabalho, portanto, sua utilização, o trabalho, pertence ao capitalista. (...) (p. 304)

Esse fenômeno causa no trabalhador e no produto do seu trabalho um estranhamento, uma vez que no capitalismo o proletário “(...) *fica mais pobre em função da riqueza que produz; cria mercadorias e se torna – ele mesmo – uma mercadoria como outra qualquer (...)*”. (BARROCO, 2010, p. 32)

Torna-se, portanto, alienado em relação a todo o processo de trabalho, uma vez que “*o objeto produzido pelo trabalho, seu produto, opõe-se a ele como um ser estranho, como um poder independente do produtor (...)*” (BARROCO *apud* MARX, 2010, p. 33)

### 2.2.1 O Processo de trabalho do Assistente Social (objeto, trabalho, meios/instrumentais, produto)

A discussão sobre os processos de trabalho do Assistente Social é apresentada e analisada por Iamamoto (2012) através dos estudos das obras de Marx. O Serviço Social é entendido como uma especialização do trabalho coletivo, que participa do processo de produção e reprodução das relações sociais. Dessa forma, em decorrência do entendimento da profissão como trabalho apresentam-se os elementos constitutivos do processo de trabalho do Assistente Social: o trabalho (a ação em si), o objeto, os meios/instrumentos e o produto.

A categoria trabalho foi eleita pelo Serviço Social por representar a sociabilidade dos homens e por ser central no seu desenvolvimento enquanto seres sociais na busca de satisfação das suas necessidades. Se afirmando “(...) *como ser criador, não só como indivíduo pensante, mas como indivíduo que age consciente e racionalmente. (...)*” (IAMAMOTO, 2012, p. 60).

O processo de trabalho implica em uma ação que transforma um objeto em um produto, através dos meios ou instrumentos de trabalho. Sendo assim, o objeto de trabalho do Assistente Social é a Questão Social em todas as suas expressões. Dessa maneira, ao profissional se apresenta a necessidade de pesquisar e conhecer a realidade na qual está inserido, conhecendo “(...) *o próprio objeto de trabalho, junto ao qual se pretende induzir ou impulsionar um processo de mudanças. (...)*” (IAMAMOTO, 2012, p. 62)

Por meios de trabalho do Assistente Social, entende-se como primordial o conhecimento adquirido pelo profissional, que irá refletir no arsenal técnico-operativo utilizado por ele em sua atuação: entrevistas, visitas domiciliares, estudos sociais, laudos, pareceres e outros, que expressam a instrumentalidade<sup>5</sup> do profissional.

O conhecimento como meio de trabalho, se realiza no cotidiano profissional através da apreensão da realidade, das condições de vida e trabalho dos sujeitos sociais com a qual irá atuar. “(...) *Aqui se reconhece e se enfatiza a natureza investigativa das competências profissionais. Mais do que uma postura, o caráter investigativo é constitutivo de grande parte das competências/atribuições profissionais.*” (GUERRA, 2009, p.03). Assim, permite uma compreensão mais profunda, indo além da imediatividade das relações sociais que permeiam o meio no qual o sujeito está inserido, não se limitando somente a ação pela ação, mas buscando uma ação que tenha resultados. (GUERRA, 2009)

Como coloca Guerra (2009) o projeto de formação profissional dos Assistentes Sociais estabelece como princípio formativo as dimensões investigativa e interventiva, aliado a um profissional com competência técnica, uma crítica teórica e com compromissos ético-políticos.

Essa postura investigativa e interventiva da profissão permite aos profissionais desvendar as expressões da Questão Social, entendendo a postura do Estado diante da mesma, a fim de construir estratégias que orientem e instrumentalizem a ação profissional. São elementos que fazem parte do modo de ser da profissão, como parte constitutiva do exercício profissional, expresso em suas atribuições e competências, como pré-condição ao exercício profissional competente e qualificado. (GUERRA, 2009)

Destarte, para que o profissional possa intervir na realidade é necessário conhecê-la. Desse modo, a pesquisa é entendida como um processo de elucidação da realidade e em um importante instrumento para o profissional. (GUERRA, 2009)

[...] A investigação é inerente à natureza de grande parte das competências profissionais: compreender o significado social da profissão e de seu desenvolvimento sócio-histórico, identificar as demandas presentes na sociedade, realizar pesquisas que subsidiem a formulação de políticas e

---

<sup>5</sup>Segundo Guerra (2000) “(...) a Instrumentalidade é uma propriedade e/ou capacidade que a profissão vai adquirindo na medida em que concretiza objetivos. Ela possibilita que os profissionais objetivem sua intencionalidade em respostas profissionais. (...)” (p. 02)

ações profissionais, realizar visitas, perícias técnicas, laudos, informações e pareceres sobre matéria de Serviço Social, identificar recursos. Essas competências referem-se diretamente ao ato de investigar, de modo que, de postura a ser construída pela via da formação e capacitação profissional permanente (...), a investigação para o Serviço Social ganha o *estatuto de elemento constitutivo da própria intervenção profissional*. (GUERRA, 2009, p. 13)

O estudo dos meios e instrumentos do profissional não se resume ao arsenal técnico-operativo utilizado na ação, mas deve ser apreendido como “(...) *uma determinada capacidade ou propriedade constitutiva da profissão, construída e reconstruída no processo sócio-histórico*.” (GUERRA, 2000, p. 01). Ao desenvolver uma ação o profissional se utiliza do instrumental técnico, objetivando sua intencionalidade e conseqüentemente buscando o resultado para a demanda.

Como resultado do trabalho do Assistente Social, Iamamoto (2012) afirma que este não é material, mas sim socialmente objetivo, uma vez que “(...) *os resultados de suas ações existem e são objetivos, embora nem sempre se corporifiquem como coisas materiais autônomas, ainda que tenham uma objetividade social (e não material), expressando-se sob a forma de serviços*.” (p. 68)

Seu produto é, portanto, a reprodução material e sócio-política dos indivíduos, refletindo nas condições materiais e sociais, atuando no processo de produção e reprodução das relações sociais.

Assim, as condições que circunscrevem o trabalho do Assistente Social expressam a dinâmica das relações sociais vigente na sociedade. O exercício profissional é necessariamente polarizado pela trama de suas relações e interesses sociais. Participa tanto dos mecanismos de exploração e dominação, quanto, ao mesmo tempo e pela mesma atividade, da resposta às necessidades de sobrevivência das classes trabalhadoras e da reprodução do antagonismo dos interesses sociais. Isso significa que o exercício profissional participa de um processo que tanto permite a continuidade da sociedade de classes quanto cria as possibilidades de sua transformação. (...) (IAMAMOTO, 2009a, p. 12)

Iamamoto (2012) ainda explicita que ao analisar o Serviço Social como trabalho é importante considerar os condicionantes internos quais sejam, as estratégias e técnicas, capacidade de leitura da realidade e trabalho em equipe etc., e por condicionantes externos temos as relações de poder institucional, os recursos disponíveis, objetivos e demandas da instituição empregadora e políticas sociais específicas etc.

Esses condicionantes se devem ao fato de o Assistente Social ser e se afirmar como trabalhador assalariado, mesmo sendo reconhecido como profissional liberal, não dispõe de todos os recursos necessários para que efetue seu trabalho. “(...) *O processo de trabalho em que se insere o assistente social não é por ele organizado e nem é exclusivamente um processo de trabalho do assistente social, ainda que ele participe de forma peculiar e com autonomia ética e técnica (...)*” (IAMAMOTO, 2012, p. 107) Ainda assim:

[...] Este, na condição de um trabalhador assalariado especializado, não dispõe de um poder mágico de “esculpir” o processo de trabalho no qual se inscreve, o que ultrapassa a capacidade de ingerência de qualquer trabalhador assalariado individualmente. É função do empregador organizar e atribuir unidade ao processo de trabalho na sua totalidade, articulando e distribuindo as múltiplas funções e especializações requeridas pela divisão social e técnica do trabalho entre o conjunto dos assalariados. (IAMAMOTO, 2012, p. 107)

Não podemos apreender o processo de trabalho do Assistente Social como único e idêntico em todos os espaços sócio ocupacionais (esfera estatal, empresas, Organizações Não-Governamentais – ONGs etc.), não se tratando de um só processo de trabalho, mas sim de *processos de trabalho* onde se inserem os profissionais de Serviço Social. (IAMAMOTO, 2012)

[...] Um dos desafios maiores para decifrar o exercício profissional está em apreender as *particularidades dos processos de trabalho que, em circunstâncias diversas, vão atribuindo feições, limites e possibilidades ao exercício da profissão*, ainda que esta não perca a sua identidade. (IAMAMOTO, 2012, p. 106)

Sendo assim, os meios de trabalho necessários para a atuação do profissional de Serviço Social não estão sob sua responsabilidade, mas sim colocados pelo empregador, que oferecem os meios de trabalho humanos, materiais e financeiros, que se encontram alienados pelas condições impostas pelo empregador e suas prioridades políticas, pelas relações de poder institucional e pelas pressões sociais.

[...] Seu trabalho situa-se predominantemente no campo político-ideológico: o profissional é requerido para exercer funções de controle social e de reprodução da ideologia dominante junto aos segmentos subalternos, sendo seu campo de trabalho atravessado por tensões e interesses de classe. A possibilidade de redirecionar o sentido de suas ações para rumos sociais

distintos daqueles esperados por seus empregadores (...) deriva do próprio caráter contraditório das relações sociais que estruturam a sociedade burguesa. Nelas encontram-se presentes interesses sociais distintos e antagônicos, que se refratam no terreno institucional, definindo forças sóciopolíticas em luta para construir hegemonias, defender consensos de classes e estabelecer formas de controle social a elas vinculadas. (IAMAMOTO, 2012, p. 98)

Nesse sentido fica claro o caráter político e ético de que os Assistentes Sociais dispõem, que os auxiliam no processo de desalienação da sua atuação profissional, e que respaldados pelo seu Código de Ética se voltam para a construção da cidadania para todos, na busca pela autonomia do sujeito, na luta contra todas as formas de preconceitos, na efetivação de direitos sociais, civis e políticos etc. (IAMAMOTO, 2012)

Para tanto, coloca-se a importância da competência profissional, entendida aqui não como a competência “(...) estabelecida pela burocracia da organização, conforme a linguagem institucionalmente permitida e autorizada (...)” (IAMAMOTO, 2012, p.144), do saber fazer por fazer, mas do saber fazer através de uma competência estratégica e técnica.

Ao assumir o compromisso ético-político, a categoria profissional se depara com o desafio da competência profissional, que deve adotar o constante aprimoramento do Assistente Social, com atenção voltada para o compromisso com os usuários, na qualidade dos serviços prestados e na divulgação dos recursos institucionais disponíveis, buscando sempre uma organização da categoria, com os mesmos objetivos, compromissos e princípios. (IAMAMOTO, 2012; PIANA, 2009)

[...] o profissional social, de posse desse projeto crítico, percebe que as possibilidades de transformação não estão na profissão, mas na própria realidade, na qual, certamente, por meio de uma intervenção profissional competente, poderão se estabelecer devidas mediações entre interesses da classe trabalhadora e da classe dominante. Competência essa que é dinâmica, não estática e adquirida de uma vez por todas, construída social e historicamente e que ultrapasse saberes e conhecimentos, mesmo se constituindo por eles. É fundamental que haja uma intervenção reflexiva e eficaz no sentido de articular dinâmicas de conhecimentos, saberes, habilidades, valores e posturas. (PIANA, 2009, p. 111)

É esse exercício que permite ao profissional desvendar a realidade de modo a compreender como essa se configura e como rebate nos indivíduos que demandam os seus serviços e na maneira como organizam a sua vida. Essa postura profissional

permite aos Assistentes Sociais romper com a imagem socialmente construída da profissão, onde o Serviço Social atuava de maneira moralista e que procurava ajustar os indivíduos ao meio social, impondo-lhes regras e normas de comportamento, já que estes eram vistos como responsáveis por sua condição de pobreza e exclusão social. Como reafirma BARROCO:

A ação profissional tinha por objetivo eliminar os “desajustes sociais” através de uma intervenção moralizadora de caráter individualizada e psicologizante; os “problemas sociais” são concebidos como um conjunto de “disfunções sociais” e, julgados moralmente segundo uma concepção de “normalidade” dada pelos valores cristãos. (BARROSO, 2010, p. 94)

É importante destacar que essa visão conservadora ainda persiste na atuação dos profissionais, sendo visto ainda como “fiscalizador da pobreza”, por atuar e se tornar um mediador entre Estado/instituições e população usuária no acesso dos direitos sociais. Aliada a isso, a noção de que o Assistente Social é um profissional movido pela vocação com perfil ético-moral, capacidade de devotamento, sentimento de amor ao próximo, um exemplo de integridade moral, qualidades que se acredita ser inerentes à natureza feminina, ainda hoje, se expressa na profissão, como resquícios de uma formação profissional conservadora e pragmatista, o que consequentemente reflete na visão acerca da profissão. (IAMAMOTO, 2009a)

Assim, o exercício profissional requer uma postura de constante atualização por parte dos Assistentes Sociais, estando atentos às transformações que ocorrem na sociedade e que rebatem no Serviço Social, adquirindo conhecimentos e competências que darão subsídios para que se posicionem diante dos limites e desafios postos pelas instituições e pelo Estado. Destarte, mesmo inserido relações institucionais de poder, o Assistente Social deve direcionar sua atuação no sentido de atender aos interesses e necessidades da classe trabalhadora, não se limitando a responder as requisições do seu empregador. (IAMAMOTO, 2012)

O exercício da profissão exige um sujeito profissional que tenha competência para propor, para negociar com a instituição os seus projetos, para defender o seu campo de trabalho, suas qualificações e atribuições profissionais. Requer ir além das rotinas institucionais para buscar apreender no movimento da realidade, as tendências e possibilidades, ali presentes, passíveis de serem apropriadas pelo profissional, desenvolvidas e transformadas em projeto de trabalho. (IAMAMOTO, 2009a, p.12)

É importante a categoria profissional compreender os espaços de trabalho profissional como um produto histórico, condicionado e produzido pelas lutas de classes que se desenvolveram ao longo do processo de construção da sociedade e pela relação política estabelecida dentro das instituições onde se inserem os Assistentes Sociais, mas também como produto dos agentes, suas respostas e sua capacidade de análise da realidade. “(...) *Isso significa que o exercício profissional participa de um processo que tanto permite a continuidade da sociedade de classes quanto cria possibilidades de sua transformação (...)*” (IAMAMOTO, 2009a, p.12) Desse modo, a atuação não pode se limitar ao que já está consolidado socialmente, mas deve se apropriar das demandas que se abrem no curso da realidade.

As alterações verificadas nos espaços ocupacionais do assistente social têm raízes nesses processos sociais, historicamente datados, expressando tanto a dinâmica da acumulação, sob a prevalência de interesses rentistas, quanto a composição do poder político e a correlação de forças no seu âmbito, capturando os Estados Nacionais, com resultados regressivos no âmbito da conquista e usufruto dos direitos para o universo dos trabalhadores (...) (IAMAMOTO, 2009b, p.03)

Todos os esses elementos acima apresentados expressam a forma como a profissão se apresenta na atualidade, entendê-los e concretizá-los, possibilita aos profissionais dar a dimensão política e ética ao Serviço Social, como profissão contribuidora na transformação da vida social dos indivíduos de forma objetiva e subjetiva.

### 2.3 PENSANDO OS ESPAÇOS SÓCIO-OCUPACIONAIS DO ASSISTENTE SOCIAL

Segundo Iamamoto (2009b) os espaços de trabalho dos Assistentes Sociais são produto da necessidade do Estado de intervenção nas expressões da Questão Social, dos processos de transformações sociais, aliados às composições de poder, correlação de forças e interesses econômicos.

Esses espaços expressam ainda “(...) *as particulares condições e relações de trabalho prevalecentes na sociedade brasileira (...)*” (IAMAMOTO, 2009b, p. 03) a partir das novas configurações que advêm do aprofundamento do neoliberalismo no

país. Em decorrência disso, o trabalho profissional se modifica, são postas ao Assistente Social novas exigências, competências e atribuições, provenientes do mercado de trabalho e do posicionamento da profissão, em favor da classe trabalhadora, expressos em suas legislações.

[...] É esse solo histórico movente que atribui novos contornos ao mercado profissional de trabalho, diversificando os espaços ocupacionais e fazendo emergir inéditas requisições e demandas a esse profissional, novas habilidades, competências e atribuições. Mas ele impõe também específicas exigências de capacitação acadêmica que permitam atribuir transparências às brumas ideológicas que encobrem os processos sociais e alimentem um direcionamento ético-político e técnico ao trabalho do assistente social capaz de impulsionar o fortalecimento da luta contra-hegemônica comprometida com o universo do trabalho. (IAMAMOTO, 2009b, p. 03)

Sendo assim, como já colocado anteriormente o espaço de trabalho do Assistente Social é um produto histórico atravessado pela luta das classes, pela conjuntura política e pelos próprios profissionais, que atuam mediante um campo de tensões e que pode ao mesmo tempo apresentar condições de reproduzir e transformar a realidade posta pelo sistema capitalista.

Essas características estão presentes tanto nos espaços ocupacionais provenientes da iniciativa privada, nos âmbitos da sociedade civil (entidades, organizações não-governamentais, etc.), quanto nos espaços de trabalho na implementação das políticas públicas demandadas pelo Estado.

Como um campo de lutas e de formação de consciência crítica em relação à desigualdade social no Brasil e de organizações dos trabalhadores. É um terreno de embate que requer competência teórica, política e técnica; que exige uma rigorosa análise crítica da correlação de forças entre as classes e segmentos de classe e que força a construção de proposições que se contraponham às elites político-econômicas do país. (IAMAMOTO *apud* CFESS, 2009b, p. 04)

Ainda segundo a autora através de uma pesquisa realizada pelo CFESS no ano de 2004<sup>6</sup>, a grande maioria dos assistentes sociais brasileiros atua em

---

<sup>6</sup> Trata-se de pesquisa realizada pela Universidade Federal de Alagoas (UFAL) e Conselhos Regionais de Serviço Social (CRESS), em maio de 2004, junto aos assistentes sociais inscritos no CRESS e com registro ativo os quais totalizavam à época um universo de 61.151 profissionais. (IAMAMOTO, 2009b, p. 05)

instituições públicas de natureza estatal, destes 40,97% estão inseridos no setor municipal, 24% na esfera estadual e 13,19% âmbito federal. Dessa forma, nota-se que o maior empregador do Assistente Social é a esfera pública, atuando na formulação, planejamento e execução de políticas sociais, com ênfase para as políticas de saúde, assistência social, educação, habitação etc. Seguido das empresas privadas, que representam um total de 13,19% dos profissionais empregados e das organizações da sociedade civil, abrangendo 6,81% dos assistentes sociais.

Contudo, mesmo sendo o Estado o principal empregador dos Assistentes Sociais, tem-se observado nas últimas décadas um aumento dos campos de trabalho ofertados pela iniciativa privada e pelas organizações da sociedade civil como reflexo do advento neoliberal e de sua política de retração do Estado em favorecimento da participação do mercado e da sociedade no atendimento das demandas sociais, incidindo nas condições e relações de trabalho dos Assistentes Sociais. (IAMAMOTO, 2009b)

Essa tendência de deslocamento da satisfação de necessidades da esfera pública para a esfera privada ocorre em detrimento das lutas e de conquistas sociais e políticas extensivas a todos. É exatamente o legado de direitos conquistados nos últimos séculos que está sendo desmontado nos governos de orientação neoliberal, em uma nítida regressão da cidadania que tende a ser reduzida às suas dimensões civil e política, erodindo a cidadania social. Transfere-se, para distintos segmentos da sociedade civil, significativa parcela da prestação de serviços sociais, afetando diretamente o espaço ocupacional de várias categorias profissionais, entre as quais os assistentes sociais. (IAMAMOTO, 2009b, p. 22-23)

Assim, como resultado dessa nova configuração do trabalho dos Assistentes Sociais, novas possibilidades, funções e competências são exigidas aos profissionais. A categoria tem sido requisitada para atuar na formulação e avaliação de políticas e do planejamento, gestão e monitoramento das ações. Juntamente tem-se um aumento dos espaços ocupacionais, uma vez que, o profissional passa a atuar no controle social, na implantação e orientação de conselhos de políticas públicas, na capacitação dos conselheiros, na elaboração, acompanhamento e avaliação de políticas, planos, programas e projetos sociais. Rompendo com o

histórico caráter de meros *executores terminais de políticas sociais*<sup>7</sup>. (IAMAMOTO, 2009b)

Esses novos espaços com as novas atribuições que se abrem aos profissionais exigem um conhecimento acerca da realidade a ser enfrentada, portadores de uma consciência crítica a fim de desmistificar o senso-comum que envolve a sociedade, conhecendo e compreendendo o modo de vida dos seus usuários, através de um atendimento efetivo às demandas sociais que são alvos das ações institucionais. Ainda segundo a autora “(...) *isso requer, também, estratégias técnicas e políticas no campo da comunicação social (...), para o desencadeamento de ações coletivas que viabilizem propostas profissionais para além das demandas instituídas.*” (IAMAMOTO, 2009b, p. 25-26)

Requer também um profissional capaz de avaliar propostas, com um perfil crítico e culto, que possua compromisso ético-político e competências nas ações de assessoria, planejamento, negociação, pesquisa e ação, estimulando a participação dos sujeitos sociais nos processos de tomada de decisões no que se refere ao acesso aos seus direitos. (IAMAMOTO, 2009b)

Essa nova configuração dos espaços sócio-ocupacionais e do Serviço Social se encontra presente no cotidiano de trabalho dos Assistentes Sociais e tem se apresentado como um desafio para a profissão na atualidade, em virtude do agravamento das expressões da Questão Social e das políticas de retração do Estado e da ampliação do mercado na oferta dos serviços assistenciais demandados pela população. Diante disso, compreender os desafios do processo de trabalho dos Assistentes Sociais é o objetivo desta pesquisa, que será apresentada no capítulo que segue.

---

<sup>7</sup>Expressão apresentada por José Paulo Netto, na obra *Capitalismo Monopolista e Serviço Social*. São Paulo, Cortez, 2011.

### **CAPÍTULO III**

## **OS PROCESSOS DE TRABALHO DOS ASSISTENTES SOCIAIS E SEUS ESPAÇOS SÓCIO-OCUPACIONAIS**

### **3.1 CAMINHO METODOLÓGICO**

O terceiro capítulo deste trabalho tem por objetivo apresentar o desenvolvimento da pesquisa e das reflexões e análises explicitadas a partir dos capítulos anteriores. Com o objetivo de compreender os processos de trabalho dos profissionais de Serviço Social nos diferentes espaços sócio-ocupacionais da região do Vale do Ivaí-PR.

A região Vale do Ivaí é composta por vinte e cinco municípios, sendo quinze<sup>8</sup> deles vinculados ao Escritório Regional de Ivaiporã, da Secretaria da Família e Desenvolvimento Social do Estado do Paraná - SEDS. Dentre os quinze municípios, foram selecionados para a pesquisa os municípios de Ivaiporã e São Pedro do Ivaí, por apresentarem um conjunto diverso de espaços de trabalho do Assistente Social, quais sejam: Centro de Referência de Assistência Social – CRAS; Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS, Órgão Gestor, SEDS, todos vinculados à Política de Assistência Social. Na Política de Saúde, temos o Centro de Atenção Psicossocial – CAPS. No âmbito da Política de Educação a pesquisa foi realizada no Colégio MaterConsolatrix. As entidades pesquisadas foram a APAE – Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais e a Instituição de Longa Permanência para a Pessoa Idosa - Lar Santo Antônio. Na Política da Previdência Social, a pesquisa ocorreu no Instituto Nacional de Seguro Social – INSS. No campo Sociojurídico o espaço sócio ocupacional pesquisado foi a Vara da Família, Infância e Juventude e por fim, no âmbito privado, a usina de cana-de-açúcar Renuka Vale do Ivaí S/A e Furnas Centrais Elétricas S.A.

---

<sup>8</sup>Os quinze municípios vinculados a SEDS de Ivaiporã são: Arapuã, Ariranha do Ivaí, Borrazópolis, Cruzmaltina, Faxinal, Godoy Moreira, Grandes Rios, Jardim Alegre, Ivaiporã, Lidianópolis, Lunardelli, Rio Branco do Ivaí, Rosário do Ivaí, São João do Ivaí e São Pedro do Ivaí.

A escolha dos espaços sócio-ocupacionais acima citados teve como objetivo conhecer as diversas áreas de trabalho do Assistente Social disponíveis nesta região, bem como compreender os processos de trabalho dos profissionais através da abordagem qualitativa, a fim de se cumprir o objetivo proposto pela pesquisa.

[...] A abordagem qualitativa parte do fundamento de que há uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito, uma interdependência viva entre o sujeito e o objeto, um vínculo indissociável entre o mundo objetivo e a subjetividade do sujeito. O conhecimento não se reduz a um rol de dados isolados, conectados por uma teoria explicativa; o sujeito-observador é parte integrante do processo de conhecimento e interpreta os fenômenos, atribuindo-lhes um significado. O objeto não é um dado inerte e neutro; está possuído de significados e relações que sujeitos concretos criam em suas ações. (CHIZZOTTI, 2010, p. 79)

A coleta de dados se deu através de questionário<sup>9</sup>, com perguntas semiestruturadas, enviado aos profissionais via correio eletrônico, a escolha deste instrumental foi devido ao grande número de profissionais e pela ausência de tempo hábil para a realização de entrevistas presenciais. A pesquisa abrange um total de 15 (quinze) entrevistados(as), sendo que destes, apenas um não aceitou participar no primeiro contato. Dos 14 (quatorze) questionários enviados 04 (quatro) não foram devolvidos.

Inicialmente o contato com os(as) profissionais foi através de telefone, onde foi apresentado o objetivo central da mesma: compreender os limites, possibilidades e desafios na concretização dos processos de trabalho dos Assistentes Sociais na contemporaneidade na região do Vale do Ivaí-PR. As informações obtidas nos questionários serão tratadas com o mais absoluto sigilo e confidencialidade, de modo a preservar a identidade dos profissionais.

A teoria social crítica que direcionou a elaboração da monografia, não se volta para o exame das formas de um objeto, para descrevê-las e detalhá-las, como

---

<sup>9</sup>Questionário entendido como “(...) *um instrumento de coleta de dados, aplicado quando se quer atingir um grande número de indivíduos. Pode ser estruturado com perguntas abertas e/ou fechadas (...)*”. (COSTA E COSTA, 2013, p. 46-47). Ainda segundo Chizzotti (2010): “*O questionário consiste em um conjunto de questões pré-elaboradas, sistemática e sequencialmente dispostas em itens que constituem o tema da pesquisa, com o objetivo de suscitar dos informantes respostas por escrito ou verbalmente sobre assunto que os informantes saibam opinar ou informar. É uma interlocução planejada. (...)*” (p.55)

relações de causa e efeito, na busca de explicar determinado fenômeno, mas sim para o entendimento que

[...] o conhecimento teórico é o conhecimento do objeto tal como ele é em si mesmo, na sua existência real e efetiva, independentemente dos desejos, das aspirações e das representações do pesquisador. A teoria é, para Marx, a reprodução ideal do movimento real do objeto pelo sujeito que pesquisa: pela teoria, o sujeito reproduz em seu pensamento a estrutura e a dinâmica do objeto que pesquisa. E essa reprodução (que constitui propriamente o conhecimento teórico) será tanto mais correta e verdadeira quanto mais fiel o sujeito for ao objeto. (NETTO, 2009, p. 07)

Assim, o método utilizado para embasar esta análise foi *Método Crítico Dialético*, o qual é um método de pesquisa que visa alcançar a essência do objeto, não se limitando somente a aparência, mas partindo dela para alcançar a estrutura e a dinâmica do objeto. Assim, o pesquisador reproduz, no plano do pensamento, a essência do objeto pesquisado. Logo, para Marx, “(...) a teoria é a reprodução, no plano do pensamento, do movimento real do objeto (...)” (NETTO, 2009, p. 09)

Essa abordagem busca conjugar a análise dos contextos históricos, as determinações socioeconômicas dos fenômenos, as relações sociais de produção e de dominação com a compreensão das representações sociais. (MINAYO, 2012)  
Assim:

[...] Em Marx, a crítica do conhecimento acumulado consiste em trazer ao exame racional, tornando-os conscientes, os seus fundamentos, os seus condicionamentos e os seus limites – ao mesmo tempo em que se faz a verificação dos conteúdos desse conhecimento a partir dos processos históricos reais (...). (NETTO, 2009, p. 07)

Destarte, esse método possibilita analisar a realidade de forma profunda e concreta, permitindo apreender as particularidades dos fenômenos a partir do contexto histórico, social e político do objeto pesquisado. Desse modo, o Método Crítico Dialético é essencial para a compreensão do objeto aqui pesquisado, com intenção de se compreender os limites e desafios dos Assistentes Social nos diversos espaços sócio-ocupacionais na contemporaneidade.

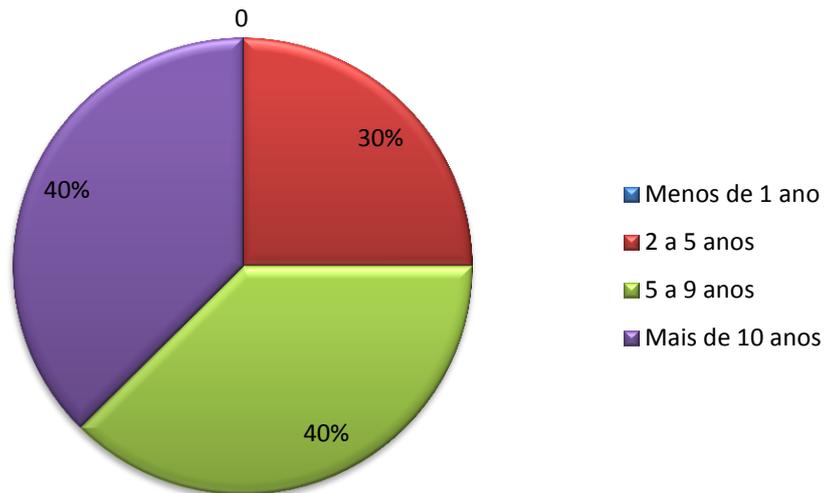
## 3.2 POSSIBILIDADES E LIMITES NOS PROCESSOS DE TRABALHO DOS ASSISTENTES SOCIAIS

Apresentaremos inicialmente, o primeiro bloco de perguntas do questionário que tem a finalidade de caracterizar e conhecer o perfil dos(das) profissionais participantes, abrangendo o tempo de formação, tempo de trabalho na instituição, a carga horária e a relação contratual de trabalho. A seguir, apresentaremos gráficos com os dados coletados e, em um segundo momento abordaremos as análises e reflexões referentes às questões sobre os processos de trabalho dos Assistentes Sociais.

### 3.2.1 Caracterização dos(as) entrevistados(as)

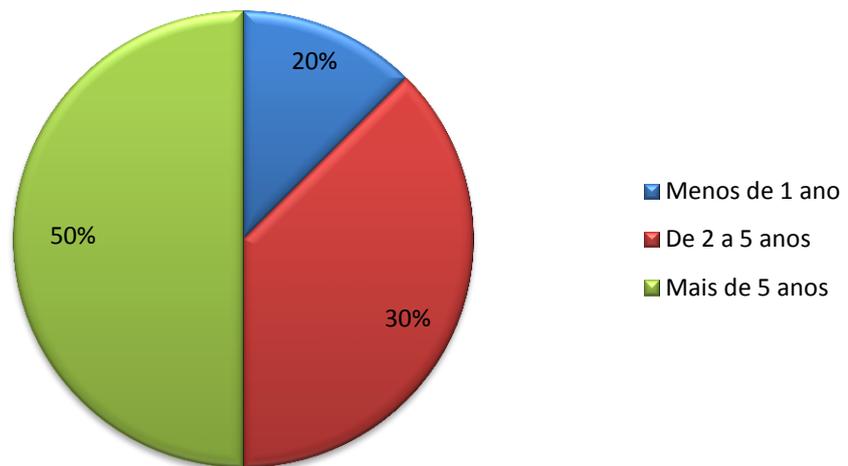
#### a. Tempo de formação

Dos 10 profissionais pesquisados, ao serem indagados sobre o tempo de formação, nota-se no gráfico abaixo que nenhum apresentou formação de menos de 01 ano, enquanto que 30% tem formação entre 02 a 05 anos; 40% tem formação entre 5 a 9 anos e os de mais de 10 anos de formado apresentaram também 40%. O que evidencia que esses profissionais possuem (ou deveriam possuir) conhecimento teórico suficiente proveniente da formação do ensino superior e do exercício diário da profissão.

**Gráfico 1****Tempo de Formação****b. Tempo de trabalho na instituição**

O segundo gráfico apresenta dados referentes ao tempo de trabalho de cada profissional na instituição em que atua. 20% trabalha a menos de 1 ano na instituição, enquanto que 30% está inserido no espaço no período de 2 a 5 anos e 50% a mais de 5 anos.

Sendo assim, podemos perceber que pelo menos metade dos profissionais está inserido em seu campo sócio-ocupacional há um considerável período de tempo. O que permite uma melhor apreensão do trabalho a ser desenvolvido na instituição, bem como as estratégias necessárias para alcançar um resultado satisfatório na atuação, além de enfrentar os desafios colocados pela correlação de forças existentes em todos os campos de trabalho, garantindo o acesso aos direitos dos usuários. Ao mesmo tempo possibilita ao profissional um acúmulo teórico acerca dos temas referentes às demandas apresentadas no cotidiano.

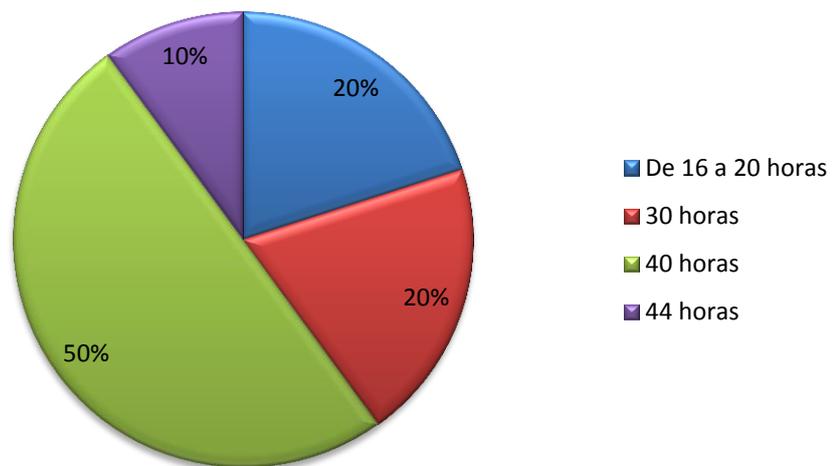
**Gráfico 2****Tempo de trabalho na instituição****c. Carga horária semanal cumprida pelo profissional**

No que tange à carga horária semanal cumprida pelos Assistentes Sociais, podemos perceber através do Gráfico 3 que, a jornada de trabalho predominante é de 40 horas, abrangendo 50% dos profissionais. Sendo que profissionais que trabalham de 16 a 20 horas e 30 horas semanais são 20% cada, e 10% se refere ao profissional contratado no setor privado que nos apresentou uma carga horária de 44 horas semanais. Esta última opção não constava no questionário, por não imaginarmos a possibilidade de um Assistente Social trabalhar mais de 40 horas.

Nos deparamos ainda com uma particularidade relacionada ao trabalho de um profissional que relatou trabalhar 40 horas, sendo remunerada para tal, porém concursada para 30 horas.

### Gráfico 3

#### Carga horária semanal



É importante lembrar que no ano de 2010 foi aprovada a lei nº 12.317 de 26 de agosto que acrescenta dispositivo à Lei nº 8.662, de 7 de junho de 1993 para dispor sobre a duração do trabalho do Assistente Social, estabelecendo aos profissionais de Serviço Social uma jornada de 30 horas semanais.

Art. 1º A Lei nº 8.662, de 07 de junho de 1993, passa a vigorar acrescida do seguinte art. 5º-A:

Art. 5º-A. A duração do trabalho do Assistente Social é de 30 (trinta) horas semanais.

Art. 2º Aos profissionais com contrato de trabalho em vigor na data de publicação desta Lei é garantida a adequação da jornada de trabalho, vedada a redução do salário. (CFESS, 2011, p. 57)

Sendo assim, após quatro anos de vigor da referida lei, há ainda uma dificuldade por parte dos profissionais de trabalharem a carga horária determinada legalmente, uma vez que os empregadores tanto do setor público como do âmbito privado desconsideraram a legislação, que aponta que todos os profissionais que já se

encontravam inseridos em seus espaços de trabalho deveriam se adequar a nova jornada de trabalho sem a redução do salário.

Iamamoto (2009a) salienta que as transformações colocadas ao mundo do trabalho em virtude da mundialização do capital rebatem em todos os segmentos da classe trabalhadora e, desse modo, sendo o Assistente Social um trabalhador assalariado, não está imune a essas novas determinações da sociedade capitalista.

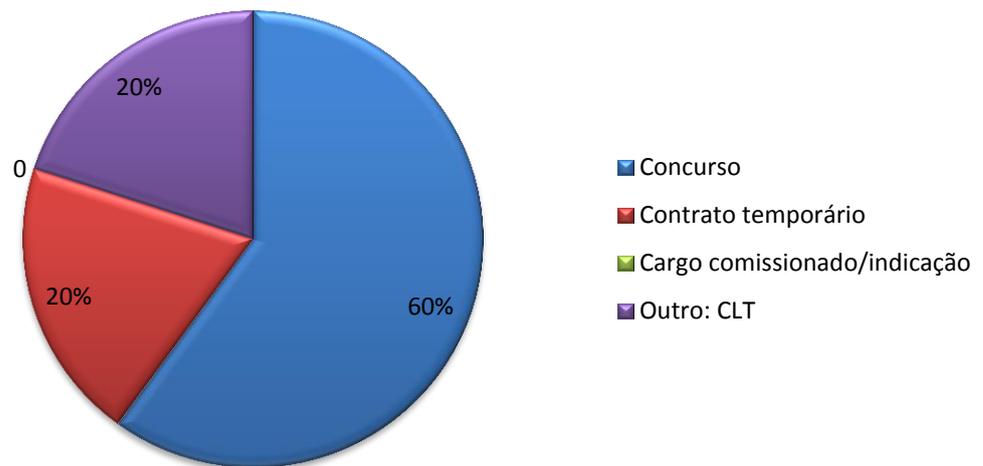
A mundialização do capital (...) redimensiona as requisições dirigidas aos assistentes sociais, às bases materiais e organizacionais de suas atividades, e as condições e relações de trabalho por meio das quais se realiza o consumo dessa força de trabalho especializada. (...) (p. 14)

Esse processo de desregulamentação das relações de trabalho provoca uma retração das lutas sociais e uma apatia da classe trabalhadora no que se refere à reivindicação dos seus direitos, realidade que reflete também na categoria dos Assistentes Sociais e que está clara nos dados apresentados.

#### **d. Relação de trabalho**

O quarto e último gráfico apresenta dados referentes à relação de contrato de trabalho dos Assistentes Sociais pesquisados. Podemos perceber que a grande maioria 60% relatou possuir contrato de trabalho através de vínculo estatutário, proveniente de concurso público, contudo, um entrevistado afirmou ser concursado, porém, está em desvio de função. Vinte por cento têm contrato temporário e 20% apresenta contrato com base na Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT), nenhum profissional possui vínculo empregatício através de cargo comissionado e/ou indicação.

Os dados apenas reafirmam o que problematiza a autora Iamamoto (2009b; 2012), que o Estado se coloca como o principal empregador dos Assistentes Sociais, contudo tem-se observado um significativo aumento dos campos de trabalho ofertados pela iniciativa privada e pelas organizações não governamentais, representados aqui pelas empresas e pelas entidades como APAE e Lar Santo Antônio.

**Gráfico 4****Relação de trabalho****3.2.2 Processo de trabalho**

Segundo Marx (1996), todo processo de trabalho é composto por um objeto, meios/instrumentos, o trabalho (a ação) e o produto/resultado. Dessa forma, os profissionais ao serem questionados sobre o objeto do seu trabalho, as expressões da Questão Social e/ou o público alvo a quem é direcionada a sua ação profissional na instituição, notou-se ser comum para todas as áreas o atendimento das desigualdades sociais provenientes da relação capital versus trabalho, quais sejam: o não acesso às políticas públicas de educação, saúde, habitação, além do desemprego e da reinserção no convívio familiar e comunitário de pessoas excluídas da sociedade, como idosos em situação asilar e pacientes com transtorno mentais e dependentes químicos, uma vez que o Serviço Social atua no sentido de garantir os direitos da classe trabalhadora.

Portanto, segundo Iamamoto (2012), o trabalho dos Assistentes Sociais reflete nas condições sociais e materiais dos indivíduos com os quais trabalha, atuando no processo de reprodução da força de trabalho.

[...] O Serviço Social interfere na reprodução da força de trabalho por meio dos serviços sociais previstos em programas, a partir dos quais se trabalha nas áreas de saúde, educação, condições habitacionais e outras. Assim o serviço social é socialmente necessário porque ele atua sobre questões que dizem respeito a sobrevivência social e material dos setores majoritários da população trabalhadora. Viabiliza o acesso não só a recursos materiais, mas as ações implementadas incidem sobre as condições de sobrevivência social dessa população. Então, não resta dúvida de que o serviço social tem um papel no processo de reprodução material e social da força de trabalho, entendendo o processo de reprodução como o movimento da produção na sua continuidade. (IAMAMOTO, 2012, p.67)

Esse processo de sobrevivência social e material da população não se dá somente através da atuação profissional em sua relação direta no atendimento ao usuário, mas também está vinculado ao planejamento, monitoramento, avaliação de políticas, planos, programas e projetos na área de Serviço Social, que também foram citados como objeto do trabalho profissional.

Dentro dessa perspectiva percebe-se que, os principais meios/instrumentos utilizados na atuação profissional tanto na atuação direta com os usuários como no planejamento das políticas, de acordo com os entrevistados são: estudo social, laudos, entrevistas, acompanhamento social, avaliação, parecer social, visitas, escuta qualificada, pesquisa, observação, reuniões, relatórios, contatos institucionais e realização de projetos e planos.

Contudo, segundo Iamamoto (2012) “(...) o *privilegio da eficiência técnica se considerado isoladamente, é insuficiente para propiciar uma atuação profissional crítica e eficaz* (...)” (p. 55). A não apreensão dos fundamentos teórico-metodológicos e ético-políticos poderá levar o profissional ao mero tecnicismo, limitando a sua atuação a práticas sociais como instrumentos/meios de reprodução do capital, ocasionando assim um afastamento do Serviço Social da realidade social, o que se torna um dos maiores desafios da profissão, uma vez que esta “(...) *não atua apenas sobre a realidade, mas atua na realidade*. (...)” (IAMAMOTO, 2012, p.55)

Desse modo, compreender a proposta da profissão é fundamental para que se consiga dar respostas às demandas profissionais, uma vez que utilizando os

meios e instrumentos para a objetivação do seu trabalho a intencionalidade do profissional se efetiva através da instrumentalidade.

[...] É por meio desta capacidade, adquirida no exercício profissional, que os assistentes sociais modificam, transformam, alteram as condições objetivas e subjetivas e as relações interpessoais e sociais existentes num determinado nível da realidade social: no nível do cotidiano. Ao alterarem o cotidiano profissional e o cotidiano das classes sociais que demandam a sua intervenção, modificando as condições, os meios e os instrumentos existentes, e os convertendo em condições, meios e instrumentos para o alcance dos objetivos profissionais, os assistentes sociais estão dando instrumentalidade às suas ações. (...) (GUERRA, 2000, p. 02)

Assim a instrumentalidade expressa não só a intenção por trás da ação do profissional, mas também o modo como ele irá objetivar essa intenção no uso do arsenal técnico-operativo e dos recursos (humanos e físicos) de que dispõe na instituição em que trabalha. Intenção essa que pode tanto garantir o acesso dos usuários aos seus direitos, como também pode negá-los se não for corretamente empregada. Ela é, portanto, fundamental na atuação profissional, pois é por meio dela que o Assistente Social irá efetivar o projeto ético político do Serviço Social, vinculado à classe trabalhadora.

Contudo, a instrumentalidade por si só é insuficiente para alcançar e responder as demandas institucionais. O profissional necessita dispor de recursos humanos e físicos, que devem ser oferecidos pelas instituições. Ao serem questionados sobre os recursos ao qual dispõe, a maioria dos(as) entrevistados(as) relatou não dispor de todos os recursos fundamentais para a execução do seu trabalho, tal como pode ser percebido através da fala do entrevistado 4:

Hoje, a (instituição)<sup>10</sup> trabalha com equipe mínima de profissionais, sendo que destes a maioria tem carga horária de 20 horas, o que não nos permite (...) tempo para desenvolver outras ações necessárias.

Essa fala expressa a precarização do mundo do trabalho através da quantidade insuficiente de carga horária semanal para o exercício da profissão. Tal situação é reflexo da necessidade da instituição apresentar em sua equipe técnica o

---

<sup>10</sup>O termo “instituição” será utilizado nas falas dos profissionais no sentido de preservar o sigilo dos mesmos e dos espaços de trabalho.

profissional de Serviço Social como uma forma de cumprir exigências do espaço sócio-ocupacional. Assim, o Assistente Social está presente na equipe multiprofissional, contudo sua jornada de trabalho é insuficiente para a execução das ações, estando assim parcialmente impossibilitado de objetivar a sua atuação e de responder as demandas apresentadas.

Aliado a falta de recursos humanos, o profissional muitas vezes se depara com a falta de recursos físicos para a realização do seu trabalho.

[...] a equipe de trabalho de todos os serviços acompanhados pela gestão não são completos, há grande defasagem se comparado com a NOB/SUAS/RH. O espaço físico também é precário, não há sala exclusiva para o técnico, o que dificulta a realização do trabalho. (Entrevistado 2)

Os recursos existem, mas nem sempre posso contar com eles. Como o carro, por exemplo, às vezes chego há ficar uma semana sem conseguir realizar as visitas. (Entrevistado 1)

Alguns recursos são insuficientes, não tem auxiliar administrativo e computador é compartilhado com outros colegas. (Entrevistado 5)

É importante salientar que a resolução do CFESS nº 493 de 21 de agosto de 2006, dispõe sobre as condições éticas e técnicas do exercício profissional do assistente social. Como se pode observar nas falas acima há necessidade de se instituir condições e parâmetros normativos, como forma de garantir um exercício profissional ético e técnico. Como coloca o artigo 2º:

Art. 2º - O local de atendimento destinado ao assistente social deve ser dotado de espaço suficiente, para abordagens individuais ou coletivas, conforme as características dos serviços prestados, e deve possuir e garantir as seguintes características físicas:

- a- iluminação adequada ao trabalho diurno e noturno, conforme a organização institucional;
- b- recursos que garantam a privacidade do usuário naquilo que for revelado durante o processo de intervenção profissional;
- c- ventilação adequada a atendimentos breves ou demorados e com portas fechadas
- d- espaço adequado para colocação de arquivos para a adequada guarda de material técnico de caráter reservado. (CFESS, 2011b, p. 154)

Durante a realização desta análise pode-se perceber de acordo com as falas acima, todas de profissionais provenientes no âmbito público, que o Estado é o setor que mais descumpra as exigências e normativas postas pelas entidades de representação da categoria (CRESS, CFESS) e das regulamentações das políticas públicas que ele mesmo coloca.

Além disso, 60% dos profissionais entrevistados afirmam estar em acúmulo de função, o que provoca uma sobrecarga de trabalho, prejudicando a atuação profissional e impossibilitando a contratação de novos profissionais. É importante notar também que 30% dos profissionais declararam possuir mais de um vínculo empregatício, apesar de ser uma porcentagem relativamente pequena, não deve ser desconsiderada.

No âmbito privado e nas entidades os profissionais nos relataram que apesar das correlações de forças e do desconhecimento do que é a profissão de Serviço Social, os resultados são melhores alcançados e com melhor qualidade.

[...] dentro dos instrumentais utilizados fica viável e prático o controle e visualização das ações e objetivos a serem alcançados a curto, médio e longo prazo. (Entrevistado 6)

[...] os usuários atendidos pelo serviço social recebem orientações acerca dos direitos sociais, sendo assim, ampliando o acesso. Além disso, são encaminhados para atendimento para as demais políticas. (Entrevistado 10)

Com certeza, o Serviço Social não era implantado na empresa, (...) aos poucos o trabalho profissional foi tomando corpo e identidade na empresa, seja pela gestão dos benefícios, quanto pela implantação de fato da responsabilidade social empresarial, suas ações eram pontuais e paliativas, passaram a ser continuadas e com maior impacto social ao seu entorno. (...) (Entrevistado 8)

É importante notar de acordo com a fala do entrevistado 8, que o setor privado e as organizações não governamentais tem se apresentado como espaços de trabalho em constante crescimento no país, devido à desregulamentação do Estado no atendimento das políticas públicas e dos direitos sociais e a implantação da responsabilidade social empresarial como alternativa aos direitos. (IAMAMOTO, 2009a; 2009b)

O que se presencia é “filantropia do grande capital”, resultante de um amplo processo de privatização dos serviços públicos. Não mais aquelas ações levadas a efeito por “pessoas de boa vontade”, mas uma outra “filantropia”, estabelecida sob novas bases, não mais românticas, mas integradas ao desenvolvimento das forças produtivas. Dotada de alta eficácia, evocando a solidariedade social na parceria entre a sociedade civil e o Estado, é entretanto incapaz de deter, ou apenas encobrir, o outro produto daquele desenvolvimento, a reprodução ampliada da pauperização, que, no mundo contemporâneo, atinge níveis de barbárie social. (IAMAMOTO, 2012, p. 43)

Essa realidade de desregulamentação do Estado, precarização do trabalho e maior presença do âmbito privado no atendimento das políticas sociais, incidem

diretamente na atuação profissional, que considerando a sua relativa autonomia não consegue alcançar os seus objetivos de maneira desejada.

[...] a resposta de qualidade depende não somente do profissional, mas também dos limites institucionais. Procuro ir além do que é atribuído pela instituição, portanto, considero uma resposta de qualidade, por outro lado, não há autonomia irrestrita para a minha atuação, portanto do ponto de vista do usuário a resposta pode não ser considerada de qualidade. (Entrevistado 3)

É um processo lento. Minha atuação é recente neste campo sócio-ocupacional, observo que há fatores que influenciam na oferta e/ou implementação de um serviço que independem do meu desempenho, e como não determinamos e sim orientamos, fica a critério do gestor municipal/técnico a resposta a ser dada a uma demanda definida. (...) (Entrevistado 5)

No que se refere à relativa autonomia do profissional de Serviço Social, Iamamoto (2009b) coloca que os Assistentes Sociais devem buscar na sua qualificação acadêmico-profissional, nas regulamentações do exercício profissional, nas atribuições privativas e competências e na articulação com a rede de atendimento, maneiras de alcançar um nível de autonomia satisfatório, superando os impasses colocados pelas instituições e pelos seus empregadores.

Na direção de expansão das margens de autonomia profissional no mercado de trabalho, é fundamental o respaldo coletivo da categoria para a definição de um perfil da profissão: valores que a orientam, competências teórico-metodológicas e operativas e prerrogativas legais necessárias à sua implementação, entre outras dimensões, que materializam um projeto profissional associado às forças sociais comprometidas com a democratização da vida em sociedade. Este respaldo político-profissional mostra-se, no cotidiano, como uma importante estratégia de alargamento da relativa autonomia do assistente social, contra a alienação do trabalho assalariado. (IAMAMOTO, 2009b, p.15)

Sendo assim, conforme relatam os entrevistados abaixo:

O trabalho é bastante hierarquizado, no nível de gerência executiva é também muito restrito devido à dificuldade/resistência em reconhecer a particularidade do trabalho do assistente social. Porém, há nacionalmente uma mudança em curso, que exige um posicionamento muito firme e combativo dos profissionais, para que o assistente social possa atuar de forma a aproximar instituição e segurado/usuário, garantindo os direitos destes. (Entrevistado 3)

(...) Considero uma autonomia relativa, que depende da ação a desenvolver e do meu esforço para chegar ao resultado que espero, não creio que seja possível apontar um "grau" de autonomia. Somos (implicitamente)

conduzidos a realizar o que o governante/gestores esperam, mas daí a materializar este “desejo” há um espaço considerável que, em primeiro plano coloco o trabalho/competência profissional. É lutar todo dia pelo que se acredita. (Entrevistado 5)

Quando indagados sobre quais seriam as atribuições privativas e competências profissionais utilizadas na sua atuação nas instituições, a maioria dos(as) entrevistados(as) não conseguiu nos responder com clareza. Com base nisso, pode-se perceber certa dificuldade por parte dos profissionais de elencarem as atribuições e competências que lhe são requisitadas em seu campo sócio ocupacional, talvez por uma falta de conhecimento ou falta de utilização dos mesmos. Esse é um fato que merece muita atenção, uma vez que, é através do conhecimento das atribuições e competências que o Assistente Social objetiva a sua atuação. (IAMAMOTO, 2009b)

Assim é que, no comprimento das atribuições e competências sócio profissionais, há que se realizar permanentemente a pesquisa das condições e relações sob as quais o exercício profissional se realiza, dos objetos de intervenção, das condições e relações de vida, trabalho e resistência dos sujeitos sociais que recebem os serviços. (...) (GUERRA, 2009, p. 03)

Nesta perspectiva, é evidente a importância do constante aprimoramento intelectual dos Assistentes Sociais, conforme consta nos princípios fundamentais do Código de Ética profissional. Assim, em relação à qualificação profissional, parcela significativa dos profissionais disse participar de cursos e capacitações vinculados a sua instituição empregadora ou por conta própria.

Participo de cursos e capacitações promovidos pela instituição e também de encontros, seminários, e outros eventos por conta própria. (Entrevistado 3)

Sim, participo sempre que possível, pois a capacitação profissional se configura essencial no processo de trabalho. (Entrevistado 2)

A atualização permanente do profissional possibilita um maior embasamento intelectual e técnico favorecendo a sua atuação e conseqüentemente rebatendo na qualidade dos serviços prestados. Como fica claro no princípio fundamental do Código de Ética profissional nº 10: *“Compromisso com a qualidade dos serviços prestados à população e com o aprimoramento intelectual, na perspectiva da*

*competência profissional.*” (CFESS, 2011a, p.24) Além disso, permite que os profissionais consigam se posicionar frente aos conflitos de correlação de forças, buscando apoio nos espaços de representação da categoria.

Procuro trabalhar e expor minha opinião baseado na legislação vigente no que condiz a Política Pública de Assistência Social e baseada no Código de Ética Profissional. Participo do Fórum Regional de Assistentes Sociais – FOREAS e Núcleo Regional de Serviço Social – NUCRESS. (Entrevistado 2)

(...) Desde 2010, com a entrada de um número considerável de assistentes sociais na (instituição), a profissão se fortaleceu e houve um progresso ainda que seja quase imperceptível para quem não vivencia o processo. Uma forma de enfrentamento é a filiação ao sindicato, reuniões fora do espaço institucional para organizar, debater; reuniões com gestor executivo, superintendência e direção central para apresentar reivindicações, propostas de mudanças, pressão junto com responsáveis técnicos e representantes técnicos do Serviço Social junto a gerencia e superintendência (...) (Entrevistado 3)

Sendo assim, o trabalho profissional não está sob seu controle, mas sim socialmente condicionado por seu empregador/instituição. Encontra-se, portanto, suscetível a determinantes externos, que limitam o seu cotidiano de trabalho. *“Verifica-se, pois, uma tensão entre o trabalho controlado e submetido ao poder do empregador, as demandas dos sujeitos de direitos e a relativa autonomia do profissional para perfilar o seu trabalho. (...)”* (IAMAMOTO, 2009b, p. 16). Para superar esses limites exige-se dos Assistentes Sociais conhecimentos políticos-profissionais, que possibilitem apoio e possibilidades de atuação, rompendo tanto com a teoria pela teoria e com o fazer pelo fazer.

### 3.2.3 Limites/possibilidades de concretização dos processos de trabalho

Diante de todas as considerações feitas anteriormente e entendendo o Serviço Social enquanto profissão que atua frente à complexa expressão da Questão Social e em favor da classe trabalhadora, faz-se necessário compreender quais são os principais desafios colocados ao profissional, em seu cotidiano de trabalho, bem como as possibilidades na realização do seu processo de trabalho.

Tal análise busca situar o Serviço Social enquanto profissão inserida no atual quadro sócio-histórico e atravessada pelas transformações postas no contexto social contemporâneo, refletindo no exercício profissional, nas condições e relações de trabalho e conseqüentemente na qualidade dos serviços prestados à população usuária.

Assim, ao analisar as falas dos(as) entrevistados(as), observou-se que há certo consenso da categoria no que se refere às suas limitações no exercício da profissão, uma vez que segundo os(as) profissionais entrevistados(as) os maiores desafios são fruto da falta ou escassez de recursos e da incompreensão por parte da equipe ou dos gestores de qual é o papel do Assistente Social e de quais são as suas atribuições e competências.

[...] Como já salientado, o assistente social, em função de sua qualificação profissional, dispõe de uma relativa autonomia teórica, técnica e ético-política na condução de suas atividades. Todavia essas dependem de meios e recursos para serem efetivadas, os quais não são propriedades do assistente social, visto que se encontra alienado de parte dos meios e as condições necessárias à efetivação de seu trabalho. (...) (IAMAMOTO, 2012, p. 99)

Sendo assim, os limites enfrentados e apresentados pelos(as) profissionais(as) são:

Falta de entendimento da equipe multidisciplinar do que é competência do profissional de Serviço Social. (Entrevistado 6)

Falta de espaço físico adequado; Troca de gestores a cada gestão, a maioria com falta de conhecimento da política pública de assistência social; Defasagem no quadro de profissionais nos serviços; Sistemas de informação com funcionamento precário; (Entrevistado 2)

Escassez de recursos financeiros e falta de compreensão de alguns líderes sobre o papel profissional e defesa dos trabalhadores. (Entrevistado 8)

Correlação de forças, excesso de demandas e atendimentos, já que sou a única assistente social no (instituição). (Entrevistado 1)

Excesso de funções; restrição (implicitamente) à atuação. (Entrevistado 5)

Muitas vezes a carga horária do profissional acaba comprometendo o seu desempenho, ficando limitado. (Entrevistado 4)

Todos os campos sócio-ocupacionais sejam no âmbito público, âmbito privado ou nas organizações não governamentais – ONG's apresentados acima relatam grandes limites capazes de impossibilitar uma atuação profissional de qualidade.

Dessa forma, sendo o Assistente Social um trabalhador assalariado, inserido em um processo de trabalho coletivo, não possui o poder de transformá-lo de modo a atender os seus objetivos, uma vez que o processo de trabalho do qual participa não é exclusivamente dele e nem por ele organizado, ainda que possua uma autonomia ética e técnica no exercício de suas funções. (IAMAMOTO, 2012)

Nesta perspectiva, é fundamental ressaltar a dimensão política presente no exercício profissional, a fim de neutralizar a alienação presente nos espaços de trabalho, fruto do processo de assalariamento. Assim, “(...) *apropriar-se da dimensão criadora do trabalho e da condição de sujeito, que interfere na direção social do seu trabalho, é uma luta a ser travada quotidianamente.*” (IAMAMOTO, 2012, p. 99)

A dimensão política, aliada aos conhecimentos inerentes à formação acadêmico-profissional do Assistente Social permite ultrapassar com o mito da indefinição profissional, posicionando-o em seu lugar no processo coletivo de trabalho, “(...) *detectando suas possíveis contribuições particulares na elaboração de um produto comum.*” (IAMAMOTO, 2012, p. 110)

O constante aprimoramento intelectual, o conhecimento dos processos sociais e o posicionamento do Assistente Social no seu campo de trabalho dão subsídios ao profissional para transformar o seu campo de trabalho, criando ações inovadoras que abram possibilidades para o Serviço Social, rompendo com a correlação de forças existente. (IAMAMOTO, 2009b)

Ao serem indagados sobre os limites e desafios colocados para o Assistente Social na contemporaneidade, os (as) profissionais citaram ser principalmente a ineficiência do Estado, dificuldades na concretização da Política de Assistência Social e o desconhecimento por parte dos gestores de como se organiza o Serviço Social:

Percebo como limitação a ineficiência do Estado em garantir os direitos sociais através de políticas públicas como saúde, transporte, educação e habitação. O Estado reduz no máximo o investimento, dessa forma, dificultando o acesso do cidadão aos bens e direitos garantidos constitucionalmente. (Entrevistado 10)

São vários, desde espaço físico e condições de trabalho precárias à correlação de forças existentes, mas um dos maiores desafios talvez seja a falta de conhecimento específico daqueles que estão à frente das gestões municipais. (Entrevistado 1)

O maior desafio colocado para a profissão nos dias atuais é em relação a concretização da Política de Assistência Social como Política Pública de direitos frente a política partidária. (Entrevistado 2)

Além disso, apresentaram também como desafio à profissão na atualidade a falta de postura crítica por parte dos (as) profissionais e a manutenção do Projeto Ético Político do Serviço Social:

O maior desafio é conseguir realizar uma leitura da realidade que considere o que está posto (considerando o modo de produção capitalista), a realidade local e ter claro que as determinações estruturais não podem significar que nada pode ser feito. É preciso também abandonar (não só teoricamente) a responsabilização do indivíduo e pensa-lo enquanto alguém com direito a acesso as políticas públicas de qualidade. Um grande desafio também é a formação continuada dos profissionais, a qualificação constante, e não só em temas práticos, específicos do local de atuação, mas de temas que permeiam o cotidiano de toda a profissão como a ética. Como limite vejo a formação precária, a forma mais explícita nos cursos à distância, a inserção do profissional em espaços cujo objetivo principal é manter a ordem e dar uma aparência de profissionalismo ao serviço/instituição e os baixos salários. (Entrevistado 3)

Ter claro o seu papel e compromisso, (re)conhecer as competências profissionais, manter o Projeto Ético-Político. (Entrevistado 5)

Os desafios são discutir amplamente e abertamente sobre as posturas diferentes na profissão, hoje vejo que a postura crítica está esvaziada e precisamos discutir o projeto ético-político. (Entrevistado 8)

Diante das falas expostas fica evidente a necessidade dos Assistentes Sociais interpretarem o Serviço Social na contemporaneidade e seus desafios frente às mudanças societárias e para isso se faz indispensável decifrar a realidade, através de uma competência crítica e qualificada, exige-se, portanto, um profissional que pense, analise, pesquise e que seja capaz de intervir e dar resultados no seu objeto de trabalho. Assim, “*pensar o Serviço Social na contemporaneidade requer os olhos abertos para o mundo contemporâneo, para decifrá-lo e participar de sua recriação. (...)*” (IAMAMOTO, 2012, p. 19)

A atitude investigativa do Assistente Social no seu exercício profissional possibilita uma ampliação das alternativas de trabalho e conseqüentemente das respostas dos profissionais às demandas apresentadas pelas profundas alterações sociais, reafirmando o princípio 10 do Código de Ética Profissional que preza pela qualidade dos serviços prestados à população usuária. (CFESS, 2011a)

O novo perfil que se busca construir é de um profissional afinado com a análise dos processos sociais, tanto em suas dimensões macroscópicas quanto em suas manifestações quotidianas; um profissional criativo e interventivo, capaz de entender o “tempo presente, os homens presentes, a

vida presente” e nela atuar, contribuindo, também, para moldar os rumos de sua história. (IAMAMOTO, 2012, p. 49)

Com bases nesses dados é importante nos atentarmos ao fato de que a nova configuração do Serviço Social brasileiro é relativamente nova, se comparada ao tradicional passado conservador que direcionou a atuação profissional desde a sua gênese até o seu processo de ruptura com o conservadorismo. Nota-se que o maior desafio da profissão é o de se manter atualizada para assim “(...) *transitar da bagagem teórica acumulada ao enraizamento da profissão na realidade* (...)” (IAMAMOTO, 2012, p.52), a fim de dar maior atenção às particularidades dos objetos de trabalho, das estratégias e técnicas, de modo a manter a postura crítica alcançada pela profissão, não permitindo que o histórico conservadorismo profissional se reatualize.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A profissão de Serviço Social é uma das profissões que permite um entendimento de como se dá a organização da sociedade, suas relações sociais, de produção, reprodução e exploração dos indivíduos, tão bem colocado na fala do Entrevistado 5: *“a profissão que escolhi me realiza porque permite desenvolver uma visão de mundo que nenhuma outra, talvez, seria capaz de proporcionar com tanta riqueza (...)”*.

O Assistente Social é um profissional que em seu cotidiano de trabalho atua com situações provenientes das determinações de classe, que afetam a vida de indivíduos, famílias, grupos e determinados segmentos da população. Está, portanto, diariamente em contato com as mais diversas expressões da Questão Social. Sua atuação está presente em múltiplos setores do Estado, como nas políticas de educação, saúde, previdência, assistência social, entre outras, bem como nas esferas do poder executivo, legislativo e judiciário. Atua também em empresas privadas capitalistas e em organizações da sociedade civil.

Assim, no dia-a-dia do seu trabalho, o profissional se volta para a viabilização do acesso aos direitos sociais e dos meios de obtê-los, através de ações de cunho socioeducativo na prestação de serviços sociais. Afirmando o seu compromisso com os interesses da classe trabalhadora e com a defesa da qualidade dos serviços sociais.

Esse processo se dá por meio do atendimento direto aos usuários, pela realização de orientação social, estudos socioeconômicos, formulação gestão e avaliação de políticas, programas e projetos sociais, além de realizar assessorias, consultorias e supervisões técnicas.

Os diferentes campos de atuação do Serviço Social se configuram de maneira distinta e particular, com funções e objetivos definidos pelos organismos empregadores, que estabelecem o atendimento e condicionam as possibilidades e limites do trabalho profissional, que irão incidir diretamente na atuação do Assistente Social. Seu exercício profissional é, portanto, perpassado pelo conjunto das relações e condições sociais através do qual se realiza, que refletem no conteúdo e na qualidade dos serviços prestados pelos profissionais.

Como podemos observar através da pesquisa e da fala dos profissionais entrevistados, as dificuldades postas ao trabalho dos Assistentes Sociais se expressam principalmente na falta de recursos, sendo o Estado o setor que mais descumpre as legislações que organizam a profissão nas instituições, além disso, os profissionais se deparam com a falta de entendimento/conhecimento dos gestores e empregadores que estão à frente dos serviços sociais desenvolvidos pelos Assistentes Sociais.

Essa realidade enfrentada pelos profissionais em seus espaços de trabalho compromete a atuação do Assistente Social, bem como as respostas que ele dá aos seus usuários. A carência de recursos (físicos e humanos), a carga horária insuficiente e o expressivo aumento da demanda de trabalho são fatores que limitam o Assistente Social no dia-a-dia do seu exercício profissional e faz com que em muitos casos o profissional tenha que dar prioridade para o atendimento das demandas mais urgentes, o que não permite a reflexão sobre o seu processo de trabalho e das relações que o cercam.

Dessa forma, diante de todo o resgate histórico e teórico acerca do Serviço Social na contemporaneidade, fica evidente que para o rompimento dessa realidade se faz necessário um conhecimento teórico profundo, que permita ao profissional um posicionamento teórico-crítico, que dê possibilidades e condições para que a nova configuração da profissão, posta com o seu processo de renovação, se concretize com qualidade, de modo a clarear para a sociedade o que é o Serviço Social e qual o seu papel na divisão social e técnica do trabalho.

Essas limitações referentes à atuação profissional não devem ser entendidas como obstáculos para a profissão, mas sim como um elo para que a categoria se una em busca de apoio nos seus espaços de representação, a fim de fortalecer a profissão e possibilitar a efetivação do Projeto Ético Político do Serviço Social.

Logo, como na escolha de qualquer outra profissão, o Serviço Social também exige uma identificação por parte dos futuros e atuais Assistentes Sociais com as particularidades do trabalho profissional, expressas nos conhecimentos apreendidos na formação acadêmica, nas diretrizes da profissão e principalmente no Código de Ética Profissional, que ressalta a importância da emancipação do indivíduo, rompimento com toda forma de discriminação e preconceitos.

Sendo assim, é através de uma atuação crítica, afinada e competente que o Serviço Social mostra sua importância, ganha espaço, visibilidade e legitimidade e,

consequentemente, abre possibilidades de romper e superar as limitações postas ao exercício profissional.

## REFERÊNCIAS

ALVES, Giovanni. **O Conceito de trabalho: A perspectiva histórico-ontológica.** *In.*: Curso Virtual: A precariedade do trabalho no capitalismo global. 2012.

ANTUNES, Ricardo. **Crise Capitalista Contemporânea e as Transformações no mundo do Trabalho.** Capacitação em Serviço Social e Política Social. Mód. 1: Crise Contemporânea, Questão Social e Serviço Social. Brasília: CFESS/ABEPSS/CEAD/UnB, 1999.

BARROCO, Maria Lucia Silva. **Ética e Serviço Social: fundamentos ontológicos.** 8. Ed. São Paulo: Cortez, 2010.

\_\_\_\_\_. **Barbárie e Neoconservadorismo.** *In.*: Revista Serviço Social & Sociedade, São Paulo, Nº106. Apr./June, 2011.

\_\_\_\_\_. **Estudos de Política e Teoria Social – Serviço Social, Ética e Direitos Humanos.** *In.*: Revista Praia Vermelha. Nº 11. Programa de Pós-Graduação em Serviço Social – PPGES, Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, Rio de Janeiro.

\_\_\_\_\_. **Fundamentos Éticos do Serviço Social.** *In.*: Serviço Social: Direitos Sociais e Competências Profissionais. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.

\_\_\_\_\_. **Ética: Fundamentos sócio-históricos.** Coleção: Biblioteca Básica do Serviço Social. 3 ed. São Paulo: Cortez, 2010. V. 4

CARDOSO, Franci Gomes. **As Novas Diretrizes Curriculares para a Formação Profissional do Assistente Social: Principais Desafios.** Revista temporalis 2/ ABEPSS. Brasília, Ano I, nº 2, p.07-17. Jul a Dez. 2000.

CHIZZOTTI, Antonio. **Pesquisa em Ciências Humanas e Sociais.** 11 ed. São Paulo: Cortez, 2010.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL – CFESS. **Código de Ética Profissional do Assistente Social.** RESOLUÇÃO N.º 273/93, 13 MARÇO 1993.

\_\_\_\_\_. – CFESS (org). **Código de Ética do/a Assistente Social Comentado.** São Paulo: Cortez, 2012.

\_\_\_\_\_. CFESS. **Código de ética do/a assistente social. Lei 8.662/93 de regulamentação da profissão.** 9ª ed. Revista e atual – Conselho Federal de Serviço Social. Brasília, 2011a.

\_\_\_\_\_. CFESS. **Legislação e Resoluções sobre o trabalho do/a Assistente Social.** Gestão Atitude Crítica para Avançar na Luta. Brasília, 2011b.

DUARTE, Newton. **Formação do indivíduo, consciência e alienação: o ser humano na psicologia de A. N. Leontiev**. 2004.

GUERRA, Yolanda. **A dimensão investigativa no exercício profissional**. *In.: Serviço Social: Direitos Sociais e Competências Profissionais*. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009a.

\_\_\_\_\_. **A instrumentalidade no trabalho do Assistente Social**. *In.: Cadernos do Programa de Capacitação para Assistentes Sociais, Capacitação em Serviço Social e Política Social. Mod.4: O trabalho do Assistente Social e as políticas sociais*. CFESS/ABEPSS-Unb. Brasília, 2000.

IAMAMOTO, Marilda Villela; CARVALHO, Raul de. **Relações Sociais e Serviço Social: esboço de uma interpretação histórico-metodológica**. 33 ed. São Paulo: Cortez, 2011.

\_\_\_\_\_. **O Serviço Social na Contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. 23 ed. São Paulo: Cortez, 2012.

\_\_\_\_\_. **O Serviço Social na cena Contemporânea**. *In.: Serviço Social: Direitos Sociais e Competências Profissionais*. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009a.

\_\_\_\_\_. **Os espaços sócio-ocupacionais do assistente social**. *In.: Serviço Social: Direitos Sociais e Competências Profissionais*. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009b.

LESSA, Sergio. **Sociabilidade e Individuação**. Alagoas, ed. Edufal, 1991.

LEWGOY, Alzira Maria Baptista. **Supervisão de Estágio em Serviço Social: desafios para a formação e o exercício profissional**. 2 Ed. São Paulo: Cortez, 2010.

MARX, Karl. **O processo de produção do Capital**. *In.: Crítica da Economia Política*. São Paulo, ed. Nova Cultura, 1996. Cap. V – VI. P. 297-326.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Rio de Janeiro, Vozes, 2012.

MOTA, Ana Elizabete. **Crise Contemporânea e as Transformações na Produção Capitalista**. *In.: Serviço Social: Direitos Sociais e Competências Profissionais*. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.

NETTO, José Paulo. **Ditadura e Serviço Social: uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64**. 16 ed. São Paulo: Cortez, 2011.

\_\_\_\_\_. **Introdução ao método da teoria social**. *In.: Serviço Social: Direitos Sociais e Competências Profissionais*. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.

\_\_\_\_\_. **A Construção do Projeto Ético-Político do Serviço Social.** *In.:* Serviço Social e Saúde: Formação e Trabalho Profissional. Mód.1 de Capacitação em Serviço Social e Política Social (Brasília, CFESS/ABEPSS/CEAD/UnB, 1999).

\_\_\_\_\_. **O Serviço Social e a Tradição Marxista.** *In.:* Revista Serviço Social & Sociedade. Ano X ,Nº 30, São Paulo: Cortez, Maio/Agosto de 1989.

NETTO, José; BRAZ, Marcelo. **Economia Política: Uma introdução crítica.** Coleção: Biblioteca Básica do Serviço Social. 8 ed. São Paulo: Cortez, 2012. V. 1

ORTIZ, Fátima Grave. **O Serviço Social no Brasil: os fundamentos de sua imagem e da autoimagem de seus agentes.** Rio de Janeiro: E-papers, 2010.

PIANA, Maria Cristina. **O Serviço Social na contemporaneidade: demandas e respostas.** *In.:* A construção do perfil do assistente social no cenário educacional. Editora UNESP, São Paulo: Cultura Acadêmica. [online] Scielo Books. 2009.

WERNER, Rosilea Clara. **Desafios contemporâneos na formação profissional: o desenvolvimento de competências e habilidades no Serviço Social.** 2010. Tese (Doutorado em Serviço Social) – PUC-SP - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, 2010.

YASBEK, Maria Carmelita. **Os fundamentos históricos e teórico-metodológicos do Serviço Social brasileiro na contemporaneidade.** *In.:* Serviço Social: Direitos Sociais e Competências Profissionais. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009a.

\_\_\_\_\_. **O Significado sócio histórico da profissão.** *In.:* Serviço Social: Direitos Sociais e Competências Profissionais. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009b.

## APÉNDICE

## **QUESTIONÁRIO**

### **APRESENTAÇÃO**

1) Tempo de formação

menos de 1 ano  2-5 anos  5-9 anos  mais de 10 anos

2) Tempo de trabalho na instituição

menos de 1 ano  2-5 anos  mais de 5 anos

3) Carga horária semanal cumprida pelo profissional

inferior a 16 horas  16-20 horas  30 horas  40 horas

4) Possui mais de um vínculo empregatício?

Não  Sim: \_\_\_\_\_

5) Relação de trabalho:

Concurso  Contrato temporário  Cargo comissionado/indicação

6) No seu trabalho ocorre acúmulo de função?

Sim  Não

### **PROCESSO DE TRABALHO**

7) No seu processo de trabalho, para quais expressões da questão social e/ou objeto de trabalho é direcionada sua ação profissional na instituição.

Resposta:

8) Quem é o público alvo do seu trabalho na instituição.

Resposta:

9) Sobre seu processo de trabalho na instituição, quais os principais meio/instrumentais utilizados.

Resposta:

10) Você dispõe dos recursos (humanos e físicos) necessários para a realização do seu processo de trabalho.

Resposta:

11) Você consegue visualizar os resultados/produto do seu processo de trabalho na instituição? Comente.

Resposta:

12) Qual o grau de autonomia profissional você possui na realização do seu processo de trabalho na instituição?

Resposta:

13) Quais das atividades desenvolvidas você considera serem atribuição privativa no seu processo de trabalho na instituição?

Resposta:

14) O que constitui competência do Assistente Social no seu processo de trabalho na instituição?

Resposta:

### **LIMITES/POSSIBILIDADES DE CONCRETIZAÇÃO DO PROCESSO DE TRABALHO**

15) Em relação a sua qualificação profissional, você participa de cursos e/ou capacitações vinculadas à instituição ou por conta própria?

Resposta:

16) Como você se posiciona como profissional de Serviço Social frente aos conflitos de correlação de forças na instituição? Você busca apoio em espaços de representação da categoria?

Resposta:

17) Você consegue responder com qualidade todas as demandas apresentadas pela instituição ao Serviço Social.

Resposta:

18) Você se sente profissionalmente realizado? Comente.

Resposta:

19) Liste as principais limitações e possibilidades na realização do seu processo de trabalho na instituição.

Resposta:

20) De maneira geral, quais os limites e desafios colocados para o Assistente Social na contemporaneidade.

Resposta: